

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Sérgio Inácio da Rosa

PROJETO ANGOLA-BRASIL E O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Outubro de 2011

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Sérgio Inácio da Rosa

PROJETO ANGOLA-BRASIL E O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Rosélia Piquet, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Outubro de 2011

SÉRGIO INÁCIO DA ROSA

PROJETO ANGOLA-BRASIL E O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 19 de outubro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Rosélia Piquet , DSc.  
Universidade Candido Mendes

---

Prof. Dr. José Luiz, DSc.  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Alexandra C. P. Nazareth, DSc.  
Escola de Contas de Gestão – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2011

Aos meus familiares e amigos, sem os quais seria impossível a realização deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade.

A minha querida mãe, Adelina, fiel e silenciosa parceira, pelo exemplo de fé inabalável, sempre ao meu lado em todas as caminhadas.

A todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho acadêmico, meus sinceros e agradecimentos.

“Toda identidade humana é construída, é histórica; todos nós compartilhamos com a nossa cota de pressuposições falsas, de erros e preconceitos que chamamos no dia-a-dia de "mito", na religião de "heresia" e na ciência de "magia".”

*APPIAH, Anthony Kwame*

## RESUMO

### PROJETO ANGOLA-BRASIL E O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.

Esta dissertação tem como objetivo, expor e discutir uma visão crítica do projeto Angola-Brasil a partir do cenário observado na pesquisa *in loco*, realizada nos centros de formação profissional implantados naquele país através de uma parceria constituída entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e o Ministério das Obras Públicas de Angola (MINOP). Por meio de investigações mediadas por suporte teórico, análises de documentos, entrevistas e coleta de dados, obtida principalmente a partir da pesquisa realizada na república de Angola, buscou-se informações relevantes capazes de evidenciar o pressuposto que afirma a existência do paradoxo da abundância, conhecida também como maldição dos recursos naturais. Tendo o país Angola como pano de fundo, o projeto analisado como elemento principal de pesquisa, permeado pelos depoimentos e informações levantadas, amparado pelos pressupostos da fundamentação teórica, evidenciou-se que se não pudermos atenuar os efeitos do mal dos recursos naturais a partir de ações do projeto em estudo, poderemos pelo menos desvendá-la, entendê-la melhor, desafiá-la e enfrentá-la.

**Palavras-chave:** Projeto Angola-Brasil, Maldição dos Recursos Naturais, Paradoxo da Abundância.

## **ABSTRACT**

### **PROJECT ANGOLA-BRAZIL AND PARADOX OF PLENTY.**

This dissertation has objective to expose and discuss a critical view of the Angola-Brazil project from the scenario observed in research on the spot, held in training centers deployed in that country through a partnership formed between the Federal Institute for Education, Science and technology Fluminense (FIF) and the Ministry of Public Works of Angola (MINOP). Through investigations mediated by theoretical support, document reviews, interviews and data collection, obtained mostly from the research conducted in the Republic of Angola, we sought relevant information can highlight the assumption that states the existence of the paradox of plenty, also known as natural resource curse. Angola and the country as a backdrop, the project considered as the basis for research, permeated by the testimony and information gathered, supported by the theoretical assumptions, it became clear that if we can not mitigate the evil effects of natural resources from actions of the project under study, at least we can unravel it, understand it better, challenge it and face it.

**KEY WORDS:** Angola-Brazil Project, Resource Curse, Paradox of Plenty.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
1.	<b>BRASIL E ANGOLA, PARCERIA HISTÓRICA PERMEADA DE AFINIDADES.</b>	18
1.1	GÊNESE DO PROJETO ANGOLA-BRASIL	25
1.2	ANGOLA: DADOS HISTÓRICOS E DESDOBRAMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IMPORTANTES.	32
2	<b>ANGOLA HOJE</b>	44
2.1	DADOS SOCIOECONÔMICOS	50
2.2	METODOLOGIA APLICADA NA COLETA DE INFORMAÇÕES.	59
3	<b>A MANIFESTAÇÃO DO “PARADOXO DA ABUNDÂNCIA”</b>	62
3.1	O CASO ANGOLA	63
3.2	OUTROS EXEMPLOS NO MUNDO.	68
4	<b>O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AS PROVÍNCIAS ONDE OS CENTROS FORAM IMPLANTADOS EM ANGOLA</b>	80
4.1	AS RELAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE COM A PETROBRÁS NO BRASIL.	83
4.2	CONHECENDO AS PROVÍNCIAS ONDE OS CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL FORAM IMPLANTADOS.	85
4.2.1	<b>Luanda</b>	87
4.2.2	<b>Huambo</b>	88
4.2.3	<b>Benguela</b>	89
4.2.4	<b>Malanje</b>	90
4.2.5	<b>Zaire</b>	91
5	<b>A FORMAÇÃO PROFISSIONAL SERIA INSTRUMENTO SUFICIENTE DE ATENUAÇÃO DOS EFEITOS DA MALDIÇÃO?</b>	93

5.1	OS PERCALÇOS IDENTIFICADOS.	96
5.2	UMA AVALIAÇÃO, AINDA QUE PRELIMINAR.	98
	<b>CONCLUSÕES</b>	100
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	102
	<b>ANEXO 1: FOTOS SOBRE O PROJETO ANGOLA-BRASIL</b>	107

## INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho acadêmico consiste em investigar, a partir da análise de documentos, entrevistas e coleta de dados, obtidos principalmente a partir da pesquisa *in loco* realizada em Angola, informações relevantes capazes de demonstrar o pressuposto teórico que afirma a existência da chamada “maldição dos recursos naturais”, ou ainda o paradoxo da abundância. Verificar também a possibilidade dos efeitos dos males decorrentes dessa dita maldição serem minorados pelo impacto da implantação de centros de educação tecnológica, que está sendo realizadas, em parceria com o Brasil através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) e o Ministério das Obras Públicas de Angola (MINOP), levantando a discussão sobre se a educação profissionalizante pode vir a ser um instrumento suficientemente capaz de amortecer os efeitos desses males.

Segundo a professora de ciência política e estudos da América Latina da Universidade Stanford, Califórnia, Terry Lynn Karl, “*gerenciar bem a nova riqueza será um processo econômico e político desafiante nos próximos anos*”. A autora de *The Paradox of Plenty* (“O paradoxo da abundância” - tradução livre) analisa o impacto de descobertas de petróleo em países como Venezuela, Nigéria, Argélia, Irã e Noruega, afirmando que, diferentemente do que acredita o senso comum, a riqueza natural abundante, pode ser fonte de sérios problemas em países que têm um Estado fraco ou ineficiente.

Tal análise corrobora, em teoria, com o aspecto investigativo desta dissertação, cuja essência tem por escopo expor e discutir sinais da existência da maldição nas províncias angolanas visitadas, bem como, a probabilidade

dos efeitos dessa dita maldição serem amenizados pelo impacto causado com a implantação dos centros de formação profissional no país.

Portanto, a intenção da pesquisa foi fundamentalmente explorar, em caráter presencial, a realidade daquele país sob a ótica do retorno, em forma de benefícios oriundos dos recursos naturais, principalmente petróleo e diamante, assim como a comprovação dos sinais que caracterizam a maldição e seus efeitos, buscando então contribuir com a perspectiva de que esses efeitos possam ser suavizados pelas ações educativas do projeto em estudo.

A metodologia utilizada na pesquisa teve como base a realização de pesquisa de campo em Angola, onde foram realizadas entrevistas, com base em roteiros previamente elaborados, segundo o perfil dos informantes.

Por necessidade do tempo exíguo, a investigação utilizou uma linguagem simples, clara e direta, sendo que por muitas vezes as entrevistas eram gravadas digitalmente, de acordo com autorização prévia dos entrevistados. Além disso, adaptações para português de Angola foram necessárias, para uma perfeita compreensão das indagações elaboradas.

Assim, o primeiro capítulo foi exclusivamente dedicado às afinidades entre Brasil e Angola. Analogias e experiências históricas são apresentadas, no intuito de registrar a amplitude da relação entre esses países, comprovando a aliança sob a qual se estabeleceu o projeto, objeto de estudo desse trabalho acadêmico.

Nessa linha, ainda no primeiro capítulo, a gênese e os detalhes técnicos sobre o projeto, assim como os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais, julgados relevantes para o entendimento da pesquisa realizada são apresentados.

O segundo capítulo, visando também a fundamentar a essência da pesquisa, trata mais diretamente a questão da formação da estrutura socioeconômica de Angola, apresentando informações, dados e relatos colhidos na pesquisa *in loco*. Nesse capítulo é igualmente exposta a metodologia aplicada na coleta das informações. É ainda reforçada a discussão, efetuada no primeiro capítulo, sobre a relação fraternal concretizada entre os países.

Segue nesse capítulo o estudo do país, observado sob a ótica da dependência direta aos recursos naturais não renováveis, e são apresentados dados estatísticos que servem de apoio ao tema tratado no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo apresenta e discute, especialmente, a questão do paradoxo da abundância ou maldição dos recursos naturais, efetuando-se inicialmente a análise de dados macroeconômicos de Angola voltados ao estudo do paradoxo.

Ainda nesse capítulo, sob o ponto de vista da “maldição”, que, em linhas gerais, se refere à relação inversa entre a abundância de recursos naturais não renováveis e o crescimento econômico ligado ao bem-estar social da nação que detém esses recursos, foi realizada uma análise, com intuito de diagnosticar se as mazelas atreladas à abundância de recursos naturais se convertem em realidade naquele país, bem como se seus efeitos podem ser atenuados pela capacitação profissionais proposta pelo projeto Angola Brasil. São apresentados também outros exemplos dos efeitos da maldição encontrados no mundo, buscando suporte comparativo e analítico para o estudo pretendido.

Em prosseguimento, o quarto capítulo destaca de experiência, a relação do Instituto Federal Fluminense com a Petrobras. Esse tópico discorre também sobre as províncias onde os centros foram implantados em Angola, objetivando apresentar um cenário generalizado da situação local, visando, com isso, a avaliar o impacto inicial oriundo da presença dos centros de formação profissional naquelas regiões.

Nessa abordagem, verifica-se ainda a importância de programas para capacitação e profissionalização de técnicos especializados em países detentores de recursos naturais, bem como a conversão dessas ações em relativa autonomia.

É destacada a importância dos centros de formação profissional implantados pelo projeto Angola-Brasil e, em decorrência disso, são citados alguns resultados encontrados durante a pesquisa.

No quinto e último capítulo apresentam-se as considerações finais acerca das análises realizadas na pesquisa, levantando, sob a ótica dos resultados encontrados, possíveis conseqüências da atenuação dos efeitos do mal, por meio da implantação dos centros de formação profissional em Angola.

Nesse sentido, são expostos alguns percalços identificados no decorrer da pesquisa, referenciando impedimentos encontrados no levantamento de dados e informações naquele país.

Ao final do capítulo, realiza-se uma avaliação preliminar dos resultados encontrados, exibindo os processos que engendram a referida maldição em Angola, sob a ótica vivenciada, consolidando, á luz do entendimento e interpretação obtidos neste trabalho, algumas reflexões acerca da pesquisa. Enfatiza-se a necessidade da análise *in loco*, em pesquisas deste tipo, na busca de maior precisão nas investigações, cujos aspectos socioculturais são salientados e pormenorizados, fomentando o entendimento da realidade sondada.

Por conseguinte, concluiu-se que se não se pôde mitigar os efeitos do mal dos recursos naturais a partir de ações do projeto em estudo, pode-se, pelo menos, desvendá-la, entendê-la melhor, desafiá-la e enfrentá-la.

## **1: BRASIL E ANGOLA, PARCERIA HISTÓRICA PERMEADA DE AFINIDADES.**

Angolanos e brasileiros estabeleceram seu primeiro contato por meio da colonização comum, por Portugal, principalmente devido ao tráfico de escravos, quando angolanos eram trazidos para o Brasil.

Desigualdade, exclusão social, trabalho infantil são algumas das mais evidentes semelhanças na história dessas duas nações, fazendo com que laços estreitos de cooperação fossem mantidos em diversos âmbitos, na busca ao combate a essas mazelas, por meio de troca de experiências através de intercâmbios.

As semelhanças também estão presentes quando se falam em abundância de recursos naturais não renováveis, principalmente diamante e petróleo.

Entretanto, deve ser ressaltado de imediato que os países possuem também diferenças significativas e, a título de exemplo, pode-se citar que a estrutura econômica do Brasil é bastante complexa e diversificada, o país ocupa a 7ª posição no cenário da economia industrial do mundo, enquanto Angola possui uma matriz industrial frágil e pouco diversificada.

Relativo aos intercâmbios é importante enfatizar que, em 23 de junho de 2006, quando Brasil e Angola assinaram um acordo de cooperação técnico-científico, profissional, cuja ideia era estreitar os laços entre os dois países, foram registradas as seguintes declarações:

A relação entre Brasil e Angola está marcada pelo entendimento, a compreensão. São laços históricos que unem Brasil e Angola. Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva [...] É um intercâmbio de informações, uma parceria estratégica em áreas importantes, a transferência de tecnologia e conhecimento.

Nesse acordo o Brasil disponibilizou 2,5 bilhões de dólares em linhas de crédito para financiamento à exportação de bens e serviços para Angola no âmbito do fundo de garantia de exportações. Isso fez de Angola o maior beneficiário dessa modalidade de crédito, tornando-a um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano.

Há ainda, um campo compartilhado de heranças culturais e sociais, facilitado pela proximidade da língua portuguesa, que fortalece e provoca mútuas trocas de experiências, sob diversas perspectivas.

Sob essa ótica, é válido ressaltar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência de Angola. O reconhecimento da importância do país soberano foi apontado pela professora universitária angolana, Selma Pantoja<sup>1</sup>, como uma política importante de aproximação do governo brasileiro de então. Segundo a docente de História da África, quando o Brasil reconheceu a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, demonstrou lucidez e, apesar de o estado sul-americano viver, na época, um momento de ditadura, reconhecem a importância do futuro da nação que estava sendo criada.

A posição adotada pelo Brasil em relação a Angola teve, então, sua origem no início na década de 1970, e seu apogeu foi a formalização oficial. Essa conjuntura é enfatizada no escrito de Sombra Saraiva, quando afirma, em seu livro *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*:

O momento culminante foi o reconhecimento informal da independência de Angola ainda em março de 1975, antes da sua formalização em novembro do mesmo ano. A diplomacia desempenhou papel singular nesta mudança de rumo ao apressar o processo decisório no caso da independência de Angola, antes mesmo de outros setores do governo compreenderem a necessidade de redefinição nas relações do Brasil com Angola. Era o início de uma relação privilegiada que persiste até os dias atuais. (SARAIVA, 2008. p.45).

Todo esse processo de envolvimento brasileiro nas questões relativas à independência angolana estreitou enormemente a correspondência entre os

---

<sup>1</sup> Selma Pantoja é professora de História da África na Universidade de Brasília.

dois países. As relações comerciais, no entanto, só vieram a crescer após o ano de 1981, quando houve maior estabilidade política em Angola.

Vale ressaltar que, sob esse ponto de vista, o petróleo desempenhou papel determinante nas relações comerciais. Em 1979, esse fato fica evidenciado a partir da presença da Petrobrás, atuando na exploração de petróleo em Angola, autorizada pelo então Presidente Agostinho Neto.

Aliado a essa marcante parceria, ficou comprovado durante a pesquisa que as TV's angolanas exibem intensamente os programas produzidos aqui no Brasil, existindo ainda entre as duas nações a tradicional paixão pelo futebol, fator cultural que une ainda mais essas pátrias separadas por um enorme oceano e, no entanto, aproximadas por muitas semelhanças em diversas circunstâncias.

Neste contexto, ainda na busca de dados que pudessem dar suporte ao tema analisado, a pesquisa revelou que a existência de institutos de formação profissional de nível médio em Angola é antiga. Iniciou-se quando os portugueses, ainda antes da independência, necessitando de mão de obra especializada para a indústria e agricultura, implantaram as primeiras instituições de ensino com finalidade de formar profissionais em diversas áreas técnicas.

Importante destacar que os conflitos oriundos da expulsão dos portugueses e das lutas sangüinárias decorrentes das seguidas guerras civis, prejudicaram enormemente a questão da expansão do ensino em Angola.

Os desdobramentos relacionados com a educação em Angola foram intensificados depois do fim da guerra civil em abril de 2002, com a morte do líder da Unita, Jonas Savimbi. As inscrições na escola primária cresceram ligeiramente, todavia muitas crianças permaneceram fora do sistema, mesmo depois de quatro anos de paz (2002-2006). Somente 66% dos rapazes e 57% das meninas ascenderam ao sistema escolar em 2000-2004 (*UNICEF – janeiro de 2011*).

Na realidade, combater a pobreza e o analfabetismo, entre outras mazelas, não deveria ser tarefa tão difícil para Angola, extremamente rica em petróleo, diamantes e madeira, com potenciais em agricultura e pesca, uma população muito jovem e com crescimento rápido (PNUD: 2005). Dos 15,4 milhões de angolanos 8,2 milhões têm menos de 18 anos e 2,8 milhões estão

abaixo dos 5 anos (UNICEF, 2004). A relação de fertilidade por mulher é de 6,7 e a taxa de crescimento populacional de 2,8% - (PNUD-2005 – Relatório de Desenvolvimento Humano – Angola).

Em resumo, o país enfrenta não só o desafio de aumentar o número de crianças na escola primária, mantendo-as dentro do sistema, mas também de consegui-lo, num contexto de rápido crescimento da população em idade escolar (UNICEF: 2004).

Diante dessa realidade, Angola busca, nos projetos de cooperação internacional, um importante apoio para enfrentar esse desafio, encontrando, em outras nações com comprovada experiência acumulada, como é o caso do Brasil, a colaboração necessária para apoio a essa empreitada.

Destarte, no Brasil, um grande marco facilitador para concretizar as relações com Angola é o Decreto N° 99.558, de 05 de outubro de 1990, que promulga o acordo de cooperação cultural e científica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Sua motivação precípua é o “desejo de fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão existentes entre os seus povos e de promover as relações culturais e científicas entre os dois países”. Reforça, com isso, os vínculos que unem os seus povos e consolida os futuros acordos de parceria que se estabeleceriam entre as diversas instituições daquelas nações. Reza o decreto, em seu artigo I: “*As partes contratantes comprometem-se a promover a cooperação mútua nos domínios da cultura, da educação e da ciência, da arte, e dos desportos e de comunicação social*”. E ainda, no artigo II:

Cada parte contratante compromete-se a estimular os contatos entre os seus estabelecimentos de ensino superior e outros e promover o intercâmbio de seus professores, por meio de estágios no território de outra parte, a fim de ministrarem cursos ou realizarem pesquisas, trocam de delegações e documentação de caráter científico-pedagógico. (BRASIL. DECRETO N.99. 558, de 05 de outubro de 1990).

Com base no exposto, a cooperação entre Brasil e Angola especialmente na área educacional técnica, se desenvolveu com grande vigor, e, na maioria dos casos, por questões de experiência histórica, brasileiros atuaram e ainda atuam como consultores de gestão educacional e como professores de áreas técnicas nos Institutos Angolanos, espalhados por todas

as 18 Províncias (Estados) de Angola, de Cabinda ao Cunene<sup>2</sup>. Os intercâmbios entre instituições de ensino, institutos de educação, universidades e fundações homólogas, sejam públicas ou privadas, nesses dois países, é promovido com o intuito de estabelecer a cooperação educacional, mediante a permuta de experiências no processo de ensino-aprendizagem. A maior ênfase foi dada ao ensino técnico profissionalizante, principalmente em função da necessidade de reconstrução do país, conforme comprovação a partir das observações e registros.

Tal fato fica evidenciado pelo presidente adjunto do Centro de Negócios Brasil-Angola (CNBA), Álvaro Craveiro, ao afirmar que os acordos de cooperação educacional com o Brasil visam à transferência de conhecimentos, considerados como linhas estratégicas que vêm sendo adotadas por Angola para a substituição da importação de mão de obra, principalmente na área de construção civil, onde a demanda é gigantesca devido ao processo de reconstrução do país.

Ressalta-se, assim, a importância dos convênios educacionais acordados entre países, nesse caso em especial com o Brasil, que possui importante experiência no setor técnico-educacional, e Angola, que necessita fortemente do saber para partir em busca de qualificação e capacitação de seu povo, no intuito de conquistar maior justiça social. No caso de Angola, essa busca se reveste de maior importância pelo fato de sua trajetória histórica ser um longo, exaustivo e difícil caminho, permeado por vários anos de devastadora colonização europeia e agravado por um longo período de avassaladora guerra civil.

Diante desses fatos, se torna preponderante relatar alguns aspectos marcantes relativos à educação tecnológica em Angola. Com a independência em 1975, o governo manteve em atividade alguns institutos implantados pelos portugueses, assegurando a continuidade da formação técnico-profissional.

De acordo com Cruz, ocorreu a retomada do bárbaro conflito em 1992, originado principalmente por interesses internacionais oriundos da guerra fria e agravado pela inconformidade com o resultado das eleições por parte da

---

<sup>2</sup> Norte a sul do país, em parâmetros comparativos com a geografia brasileira, do Oiapoque ao Chuí. “De Cabinda ao Cunene”, é um slogan muito utilizado em Angola após o fim da guerra civil, para determinar a integração consolidada do território nacional angolano, remetendo ao sentido de “um só povo, uma só nação”.

oposição derrotada que acusou fraude. Dessa insatisfação, uma nova onda de mortes e devastação impediu novamente a possibilidade de desenvolvimento do país, conforme destaca o autor angolano:

As duas potências (Rússia e EUA), que colocavam pólvora e combustível ao conflito, comprometeram-se em parar de prestar qualquer ajuda aos degladeadores. Este acordo trouxe muita esperança aos angolanos. Quando tudo parecia correr bem, no dia 17 de Outubro de 1992, altura em que anunciaram os resultados pelo órgão responsável da máquina eleitoral apresentou os seguintes resultados: *...Eduardo Santos com 49,57% levou vantagem sobre Savimbi que contava com 40,07% dos votos e como nenhum dos dois conseguira a maioria absoluta, tudo ficou remandado para uma segunda volta...* A possível segunda volta não se realizou, porque a UNITA na voz do seu líder não aceitou os resultados porque achou que houve fraude de forma maciça. Daí a nova guerra que dizimou milhões de pessoas, aumentou os deslocados internos e externos, criou um bando de mutilados, órfãos e viúvos e viúvas, enfim trouxe o caos ao território de Ngola, Mandume, etc., adiando mais uma vez o desenvolvimento sustentável que a muito se espera e que muitas gerações morrem e não o concretizam. (CRUZ. 2008. p.33 a 35).

A retomada do sistema de ensino profissionalizante nesse país só surgiu de forma efetiva a partir de 2002, com o fim da guerra civil. Em 2002, o Ministério da Educação de Angola percebeu a necessidade de qualificar a população para atender às demandas das empresas internacionais que se instalavam intensamente no país para os trabalhos de reconstrução após o fim da guerra civil. Passou-se, então, a investir significativamente na expansão do ensino profissional, dinamizando a capacitação de mão de obra, com objetivo de acelerar o processo de crescimento do país.

Angola tenta promover a justiça social há muito abandonada, buscando proporcionar a inclusão dos seus cidadãos no mundo do trabalho, que se mostrava próspera, porém ocupado maciçamente por estrangeiros.

Com isso, surgiu a necessidade de se estabelecer uma política de formação de gestores e educadores do ensino profissionalizante, e a busca de apoio com base em experiências nesse setor era reconhecidamente fundamental. Como resultado por diversos motivos já mencionados, são então estabelecidas parcerias com o Brasil, e o Instituto Federal Fluminense (IFF) foi o eleito para a criação e desenvolvimento do Projeto Angola-Brasil.

Convém ainda destacar que a escolha do Instituto Federal Fluminense por parte de Angola se deu principalmente motivado por dois fatores básicos: a experiência histórica acumulada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia Fluminense, consolidado pelas práticas didático-pedagógicas adquiridas no decorrer de cem anos de atividades no ensino tecnológico de qualidade, somados a laboratórios equipados e atualizados, e à dedicação de docentes comprometidos também com uma visão crítica e ampla dos aspectos humanos, sociais e fatores ambientais, observados pelos comissários angolanos quando em visita ao Instituto.

Isso tudo, aliado ao acolhimento fraternal e cooperativo, solidificaram nos visitantes angolanos a certeza de que a parceria com o IFF, entre outras instituições de ensino brasileiras consultadas (UFF, IFFSC, IFFES etc.), seria a mais acertada. No dizer de António Prazeres, aluno angolano entrevistado no Brasil:

No meu ponto de vista a escolha do Brasil e mais especificamente do IFF como parceiro para este projeto foi a melhor possível. Podemos ver que o Instituto possui uma estrutura extraordinária, laboratórios fantásticos e pessoal com alto nível de conhecimento, não temos nada parecido com isso em Angola. Além disso, falamos a mesma língua, assistimos as mesmas novelas e somos apaixonados pelo futebol. Juntou muita coincidência boa, é impossível não dar certo. E têm mais, os formadores daqui são muito dedicados ao que fazem, e muito atenciosos com os angolanos, estou confiante que com os saberes adquiridos no Brasil poderei ajudar muito na reconstrução do meu país e contribuir para a melhoria das condições precárias pela qual meu povo passa. (PROJETO ANGOLA BRASIL. Entrevista com aluno angolano: António Prazeres. Campos dos Goytacazes. Abril de 2010).

## 1.1: GÊNESE DO PROJETO ANGOLA-BRASIL

Em 2006, foram estabelecidos os contatos iniciais entre os governos destes países, para elaboração do ambicionado projeto e, em 2008, o amadurecimento das negociações culminou na assinatura de um acordo de cooperação técnico-científica que priorizava também a promoção do desenvolvimento social do país, através de ações educacionais que levassem em conta o contexto social.

Baseado nessa concepção, o projeto Angola-Brasil se configurou como uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) e o Ministério das Obras Públicas de Angola (MINOP), estabelecido por período de 03(três) anos – até 2011. Seu objetivo

era implantar 05(cinco) centros de Formação Profissional em Angola nas áreas de construção civil e indústria, com sedes estrategicamente implantadas (ver figura 1) na capital de Angola, Luanda, e nas províncias de Benguela, Malange, Huambo e Zaire, e, até o presente momento, somente o do Zaire não se encontra em funcionamento.

A realização de projetos como este serve também para estreitar laços não só com Angola, mas também com outros países africanos e lusófonos, que, facilitados pela língua comum vislumbram a difícil busca pela independência científica e tecnológica dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.



Figura 1 - Localização dos Centros de Formação Profissional em Angola.  
(Fonte: Revista Eletrônica: Angola Digital – Novembro de 2010) Adaptado por este autor.

É válido ressaltar que a Diretora do Gabinete de Apoio à Formação Profissional do Ministério de Obras Públicas (MINOP) em Angola, ressaltou:

O Centro é um esforço para integrar a sociedade à reconstrução do país, que se torna, a cada dia, um canteiro de obras maior. Trata-se de uma formação rápida e de fácil acesso ao mercado de trabalho.  
(BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acessado em 16/10/2009).

Em contrapartida, o Instituto Federal Fluminense, conforme constam nos documentos legais do projeto, tem nesta parceria a responsabilidade de:

- Concepção e elaboração do projeto de desenvolvimento institucional;
- Elaboração do projeto arquitetônico para a construção dos centros de formação profissional;
- Especificação e acompanhamento da instalação dos apetrechos, conforme a concepção arquitetônica;
- Assessoria de gestão por um período de três anos;
- Elaboração da estrutura organizacional com definição de funções e atribuições;
- Realização de visitas técnicas para acompanhamento e implementação dos centros;
- Implantação de ferramentas gerenciais de controle;
- Implantação e desenvolvimento de *softwares* de sistemas acadêmicos;
- Capacitação de docentes nas áreas de construção civil e indústria;
- Capacitação de técnicos administrativos;
- Instalação de laboratórios de informática e laboratórios das áreas de construção civil e indústria;
- Concepção e elaboração de títulos de natureza didática como suporte à metodologia de ensino, disponibilizado em versão digital.

O projeto é custeado pelo governo angolano, com interveniência da construtora Odebrecht<sup>3</sup>, empresa brasileira responsável pelas obras de construção dos centros técnicos de ensino.

Os recursos são administrados pela Fundação Pró-IFF, instituição sem fins lucrativos, responsável pela intermediação dos custos do projeto aqui no Brasil.

O decreto executivo nº 38/09, publicado no Diário Oficial da União de Angola em maio de 2009, é o documento que estabelece a parceria entre os países, consolidando a criação dos referidos centros de formação em Angola. O mencionado documento deixa claro a quem se destinam esses locais de aprendizagem: trabalhadores ativos, que necessitem de aperfeiçoamento

---

<sup>3</sup> A Construtora brasileira Norberto Odebrecht está presente Angola desde 1984, quando assinou contrato com aquele país para a construção da hidrelétrica de Capanda.

profissional, pessoas procurando o primeiro emprego e desempregados, desmobilizados das forças armadas angolanas, entre outros. Os centros podem ainda prestar serviços a empresas, bem como a comunidades vizinhas, visando gerar renda ainda durante a formação dos futuros técnicos.

Dez cursos técnicos foram planejados para serem oferecidos nos centros de formação em Angola. São eles: desenho de construção civil, gestão e execução de obras, operação mecânica, soldadura, urbanismo, eletricidade industrial, topografia, instalações prediais, orçamento e construção e manutenção de vias.

Nesse contexto, faz-se importante destacar que, de acordo com os documentos institucionais que regem o projeto, os eixos norteadores na elaboração dos desdobramentos de construção e funcionamento dos referidos centros são, principalmente, a valorização do desenvolvimento humano-social e técnico do cidadão angolano.

Com isso, o projeto Angola-Brasil apresenta-se efetivamente como um instrumento de cunho educacional. Tem por base o empreendimento de esforços significativos para a construção da integralidade na formação do discente, como cidadão e futuro profissional que seja capaz de atender as demandas do mundo do trabalho no atual momento histórico. Seu objetivo é o de capacitar profissionalmente cidadãos angolanos por meio de conhecimentos técnico-científicos.

O projeto de elaboração dos centros de formação possui uma estrutura arquitetônica apropriada para facilitar o ensino técnico-profissionalizante, como se vê na *figura 1*. Foi concebido com a intenção de proporcionar espaços de facilitação no processo de ensino-aprendizagem, de acordo com a experiência no Brasil. Os laboratórios são dotados de recursos tecnológicos avançados em diferentes espaços de formação, que permitem, em sua função primeira, qualificar profissionais e inseri-los no mundo do trabalho nesse efervescente período de reconstrução do país.

A concretização do projeto garantia a mesma estrutura em todos os centros educacionais previstos nas diversas cidades, objetivando proporcionar ações e desdobramentos idênticos nos processos de ensino e aprendizagem nos diferentes espaços previstos para a formação profissional.

A estrutura física apresentada na concepção do projeto (*figura 2*) demonstra a intenção de oferecer aos alunos a oportunidade de associar o aprendizado teórico às práticas técnicas mais modernas. Possibilita ao discente uma capacitação respaldada no conhecimento científico, porém com intensa valorização do saber fazer e baseado nos mesmos moldes da instituição brasileira, na qual esse conceito se fundamenta.

Tal concepção visa permitir ao aluno associar a teoria com a realidade, com lógica e clareza. Essa visão tem também por objetivo formar profissionais alinhados com as demandas e exigências do atual mercado de trabalho, principalmente sob a ótica da realidade nacional. Houve assim grande preocupação em adaptar o ensino às características técnicas disponíveis em Angola, visando a possibilitar contato legítimo com a realidade do país.

Desse modo, não só os aspectos construtivos, mas também os equipamentos, dispositivos e instrumentos que compõem os diversos laboratórios são orientados a oferecer a possibilidade de associação dos conteúdos e fenômenos científicos à prática diária do profissional nas diversas áreas de formação.



Figura 2 - Representação Física dos Centros de Formação Profissional de Angola  
(Fonte: Projeto Angola-Brasil).

Apreende-se, portanto, que a estrutura está concebida na perspectiva de responder às necessidades prementes e imediatas das regiões e do país. Parte-se da compreensão de que desenvolvimento local e regional se constitui, em concretude, nas ações que darão efetividade a um projeto mais amplo de

país e de mundo, vislumbrando, futuramente, a sonhada busca pela autonomia científica e tecnológica.

Com isso, fica evidente a necessidade de considerar a educação como um meio capaz de preparar os indivíduos para entender a técnica, os dados, as informações e inovações dentro de seus respectivos contextos, no entanto, sem perder de vista suas ligações com um todo maior. Assim, os Centros de Formação Profissional de Construção Civil e Indústria de Materiais de Construção se propõem, ainda, a oferecer uma educação firmemente vinculada às raízes do país, permitindo o diálogo das diferentes e expressivas manifestações culturais e, certamente, se tornarão referências para as regiões em que estão inseridos como instrumentos de inclusão da força de trabalho.

Neste cenário, ficou evidenciado na pesquisa de campo que, em Angola, a educação é considerada por muitos como o principal caminho para o crescimento pessoal e da nação, portanto a motivação e a expectativa de sucesso para os agentes envolvidos são muito intensas. Além da auto-realização, os formadores<sup>4</sup> capacitados no Brasil, responsáveis pelas aulas nos diversos centros em atividade em Angola, estão muito otimistas com o projeto, conforme pode ser comprovado em depoimento dado pelo formador João Malembe, do curso de Desenho de Construção Civil da província de Benguela, que, em entrevista, declarou:

Hoje esses formandos, mesmo ainda com pouca escolaridade, já podem trabalhar como técnicos. O centro ampliou e democratizou o acesso ao ensino técnico, antes restrito às universidades. Essa oportunidade é única e deve ser realmente valorizada por cada um dos irmãos angolanos que tiverem a chance de se profissionalizar nos centros de formação aqui em Angola, pois sua estrutura organizacional, física e didático-pedagógica são ferramentas fundamentais para o acesso ao trabalho técnico profissional, oferecendo conhecimento científico-profissional de qualidade, permitindo ainda ao formando trabalhar em sua nação com dignidade e ao mesmo tempo contribuindo para o seu crescimento. (PROJETO ANGOLA BRASIL. Entrevista concedida ao autor durante a pesquisa de campos. Província de Benguela. Angola. Julho de 2010).

---

<sup>4</sup> O termo *formador* em Angola refere-se ao mesmo conceito de professor que conhecemos aqui. Contudo, ficou evidente na pesquisa que a atribuição de respeito, responsabilidade e consideração por parte dos *formandos* reveste-se de uma reverência muito acentuada, sobretudo nas questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que diz respeito às práticas laboratoriais.

No entanto, mesmo diante de um planejamento arrojado e inovador, expectativas promissoras e históricas de sucessos já alcançados, muitos desafios se configuram no caminho a ser trilhado em direção ao êxito do projeto. São fatores adversos e outros favoráveis que se apresentam contrapostos e necessitam ser reconhecidos para análise e aplicação nas ações futuras do projeto.

Alguns desses fatores foram levantados na pesquisa efetuada nesse trabalho acadêmico e serão apresentados no capítulo seguinte, no intuito de proporcionar uma visão geral, real e norteadora sobre o objeto de estudo e suas possíveis potencialidades e impedimentos. Essa análise se torna importante na medida em que os aspectos pesquisados, presencialmente, convertem-se em respeitáveis informações, recolhidas junto aos diversos agentes envolvidos nas ações do projeto, bem como, da atmosfera que envolve centros profissionais em atividade no país, observados na pesquisa.

Desse modo, pretende-se expor e discutir uma visão do projeto Angola-Brasil a partir do cenário observado nos centros em atividade, em contraste com a realidade atual do país, principalmente sob o ponto de vista econômico e social, comparando ainda essas questões com a experiência histórica registrada. Para tanto, se faz necessário refletir sobre a história do processo de desenvolvimento econômico angolano, considerando principalmente os dois maiores flagelos vividos, a "colonização tardia" e a guerra civil, que perdurou 27 anos.

## 1.2 – ANGOLA: DADOS HISTÓRICOS E DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS IMPORTANTES.

Trata-se de um país localizado na costa oeste do continente africano, possuidor de grande extensão territorial, sendo o 4º maior da África Subsaariana<sup>5</sup>, com um território de 1.246.700 quilômetros quadrados, e com mais de 16 (dados de 2000) milhões de habitantes (MENEZES, 2000, p.92).

---

<sup>5</sup> A África Subsaariana corresponde à região do continente africano situada ao Sul do Deserto do Saara. Está composta por 47 países: África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Maurítânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-

Convém ressaltar que a pesquisa identificou a falta de dados atualizados no país, por isso as fontes de dados consultadas na pesquisa de campo não dispunham de informações exatas do cenário atual do país.

Angola é um país dividido em 18 províncias (o mesmo que estados. Todavia, devido ao atual regime político, seus governadores são indicados pelo presidente da república) e tem como capital a cidade de Luanda, onde se localiza o centro de formação profissional de Cacucaco, o primeiro e ser construído no projeto Angola-Brasil. As fronteiras terrestres localizam-se a norte com o Congo (Brazaville), a nordeste e leste com a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e Zâmbia e ao sul com a Namíbia, conforme podemos visualizar nas figuras 3 e 4, Angola tem ainda uma costa de 1.650 Km, banhada pelo Oceano Atlântico.



Figura 3 – Países que compõem a África Subsaariana. Fonte: FERREIRA, Graça M.L. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2003. p.61 (com adaptações do autor).

Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Segundo Cacuto (2000) a expectativa de vida desse país é de 46,3 anos. A taxa de alfabetização é de 42,5% e o produto interno bruto (PIB) per capita atinge os 674 dólares/ano.



Figura 4 – Localização geográfica de Angola com as principais províncias e fronteiras limítrofes. (Fonte: Cacuto 2000. p.33. com adaptações do autor).

Conforme anteriormente explanado, após um longo processo de colonização, Angola conviveu com uma guerra fratricida (1975-2002) e até hoje ainda persistem seus efeitos nos mais variados segmentos, principalmente no setor econômico.

Sequelas dessa trajetória são comumente vistas nas ruas do país, tanto nas diversas construções assinaladas pelas marcas de tiros e artefatos de guerra (*figuras 4, 5 e 6 – fotos do autor em pesquisa de campo*), quanto nos muitos mutilados que transitam pelas ruas.



Figura 4 – prédio residencial na província de Benguela com visíveis marcas de tiros. (Elaborado pelo o autor)



Figura 6 – prédio comercial e residencial localizado no centro da província de Huambo parcialmente destruído por bombardeio. (Elaborado pelo autor).



*Figura 5 – Marcas de tiro na estátua de bronze numa praça em Huambo.  
(Elaborado pelo o autor).*

Com intuito de melhor definir a trajetória histórica de Angola, a seguir, podemos visualizar de forma sintética (*figura 7*), uma linha histórico-temporal do país, construído a partir de informações históricas pesquisadas.

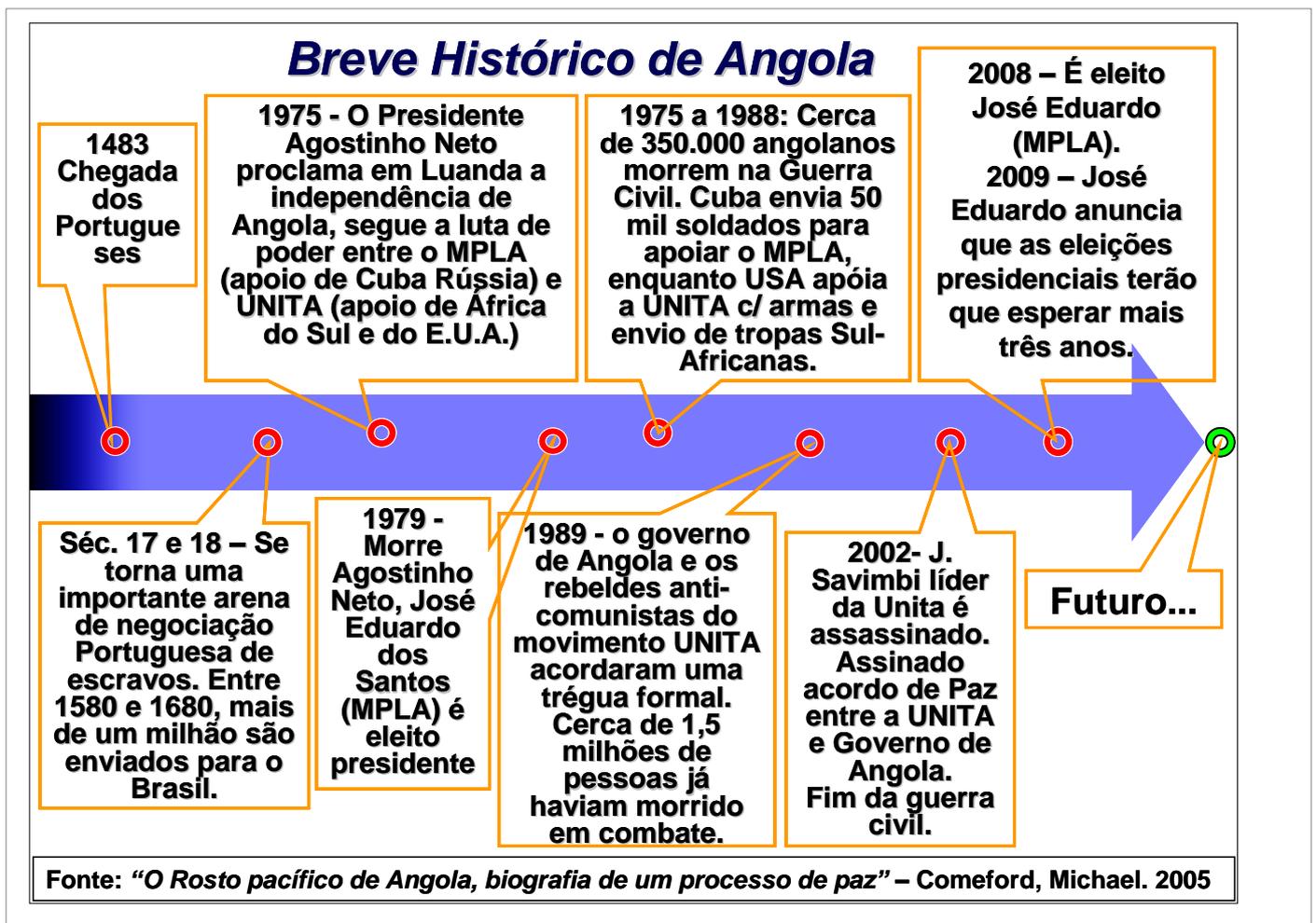


Figura 7 – linha temporal com breve histórico de Angola. (adaptado pelo autor).

Angola foi o explorador português Diogo Cão, que desembarcou na foz do Rio Congo em 1483. Em 1490, os portugueses enviaram uma pequena frota de navios com padres, trabalhadores e ferramentas para a região que hoje forma o país. Em breve, contudo, o comércio de escravos levou à deterioração das relações entre Portugal e o país. Os portugueses expandiram seus contatos para o sul, ao longo da costa, fundando Luanda em 1576. O comércio de escravos continuou até o meio do século XIX, com Angola servindo como a maior fonte de mão de obra para as plantações brasileiras. Três séculos adiante, descontente com o domínio português, a população começou a lutar pela independência, iniciando a guerra contra Portugal em 1961. Em janeiro de 1975 foi estabelecido um governo de transição, com representantes do Movimento de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), A União Nacional para a Independência Total de

Angola (UNITA), e o governo português. Contudo, os violentos combates entre o MPLA e FNLA, iniciados em março de 1975, resultado das várias diferenças políticas, continuaram no país.

Na segunda metade de 1975, o controle de Angola estava dividido pelos três maiores grupos nacionalistas, cada um dos quais ajudado por potências estrangeiras. O MPLA, que tinha tomado o controle da capital, era apoiado pela União Soviética e Cuba; a FNLA, pelo Zaire e potências ocidentais (incluindo os Estados Unidos), enquanto a UNITA era apoiada pelas forças Sul Africanas. A FNLA e a UNITA formaram uma frente unida para combater o MPLA. O governo português anunciou a Independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, transferindo a soberania para o povo angolano. O MPLA proclamou a República Popular de Angola e estabeleceu o governo em Luanda, com a Presidência entregue ao líder do movimento, o Dr. Agostinho Neto. (CRUZ – 2008).

Agostinho Neto morre em Moscou a 10 de Setembro de 1979, sucedendo-lhe no cargo o ministro da Planificação, o engenheiro José Eduardo dos Santos. As dissidências internas tornam-se incontroláveis e no início dos anos oitenta, o número de mortos e refugiados não para de aumentar e as infraestruturas do país são brutalmente destruídas. A África do Sul, em agosto de 1981, lança a operação "Smokeshell", utilizando 15.000 soldados, blindados e aviões, avançando mais de 200 km na província do Cunene (sul de Angola), sob a justificativa de que na região estavam instaladas bases dos guerrilheiros da SWAPO, o movimento de libertação da Namíbia. Na realidade, tratava-se de uma ação de apoio à UNITA, visando à criação de uma "zona libertada" sob a sua administração.

Estes conflitos só terminaram em Dezembro de 1988, quando, em Nova Iorque, foi firmado um acordo tripartido (Angola, África do Sul e Cuba) que estabelecia a Independência da Namíbia e a retirada dos cubanos de Angola.

A partir de 1989, com a queda do bloco da ex-União Soviética, sucedem-se em Angola os acordos de paz entre a Unita e o MPLA, contudo, seguidos logo do recomeço das hostilidades. Em fins de abril de 1990, o Governo de Angola anuncia o reinício das conversações diretas com a UNITA, com vista ao estabelecimento do cessar fogo. No mês seguinte, a UNITA reconhecia oficialmente José Eduardo dos Santos como o chefe de estado angolano. O

desmoronar da União Soviética acelera o processo de democratização. (CAMERFORD – 2005 p.17).

No final do ano, o MPLA anunciava a introdução de reformas democráticas no país. Em 11 de maio de 1991, o governo publica uma lei que autorizava a criação de novos partidos, pondo fim ao monopartidarismo e, em 22 de maio, os últimos cubanos saem de Angola.

Em 31 de Maio de 1991, com a mediação de Portugal, EUA, União Soviética e da ONU, celebram-se os acordos de Bicesse (Estoril), termina a guerra civil e marcando-se as eleições para o ano seguinte.

As eleições de Setembro de 1992 dão a vitória ao MPLA, (com cerca de 50% dos votos). A UNITA, com aproximadamente de 40% dos votos, não reconhece os resultados eleitorais. Quase de imediato sucede-se um banho de sangue, reiniciando-se o conflito armado.

Em 1993, o Conselho de Segurança da ONU embarga as transferências de armas e petróleo para a UNITA. Tanto o governo como a UNITA acordaram em interromper as novas aquisições de armas, mas tudo não passou de palavras.

Em Novembro de 1994, celebra-se o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia,



Figura 8: Jonas Savimbi. Disponível em <<http://www.angolaterranossa.blogspot.com>>

entre a UNITA e o Governo de Angola (MPLA). A paz parecia estar perto de ser alcançada. Contudo, a UNITA usou o acordo de paz de Lusaka para impedir mais perdas territoriais e para fortalecer suas forças

militares. Em 1996 e 1997 adquiriu grandes quantidades de armamentos e combustível e, em dezembro de 1998, Angola retorna ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da Unita (figura 8).

Nesse contexto, o desafio da pesquisa realizada em Angola foi revestido de uma busca de dados relevantes que permitissem realizar uma análise singular do impacto do projeto Angola-Brasil em suas regiões de implantação e, analogamente, no país como um todo, servindo de suporte para a questão levantada.

Para tanto, a oportunidade de participar do projeto como professor do Instituto Federal Fluminense, facilitou sobremaneira a coleta de dados dessa pesquisa acadêmica, uma vez que permitiu, tanto no Brasil como em Angola, contatos com pessoas envolvidas direta e indiretamente nas ações do projeto, fator preponderante para a realização dos registros colhidos e para confecção da pesquisa que serviu de suporte para este estudo.

Como já comentado anteriormente, a língua comum e as diversas semelhanças entre Brasil e Angola contribuíram como elemento facilitador na pesquisa, tudo isso somado ao fato da farta boa vontade do povo angolano e da equipe do projeto em apoiar este trabalho de pesquisa.

Foram realizadas duas viagens até aquele país, onde, entre as ações de ensino aplicadas ao projeto propriamente dito e as atividades voltadas para esta pesquisa, foram efetuadas entrevistas, coleta de documentos, visitas a entidades institucionais nas províncias, pesquisa em universidades e instituições de ensino, ONG e empresas privadas. O contato e entrevistas com pessoas dessas diversas regiões permitiram a coleta de abundante material utilizado na confecção deste trabalho.

Entre as dificuldades enfrentadas, a falta de apoio político-institucional de algumas entidades angolanas, bem como a deficiência na atualização censitária daquele país foram os maiores desafios encontrados na pesquisa de campo.

Na maioria dos países, o censo é realizado a cada dez anos. No entanto, em Angola, devido à guerra, nunca se realizou depois da independência um censo populacional, na verdadeira acepção da palavra. Em 1983, houve um censo parcial, para a contagem da população em algumas províncias. Nas palavras de Maria Ferreira dos Santos Oliveira, Diretora do Instituto Nacional de Estatística, em entrevista para o jornal de Angola, o censo em Angola está em preparação, desde 2009. Será o primeiro censo geral em Angola, para o qual vão trabalhar 40.000 agentes, informou, dizendo ainda que

o inquérito vai custar cinco dólares por habitante. (*Jornal de Angola - 27 de julho de 2010*).

A Diretora disse ainda que o projeto de recenseamento geral da população e habitação de Angola já existe e foi aprovado pelo Governo em Agosto de 2009, tendo sido submetido, para aprovação, o pacote legislativo. Esta operação já está em preparação e normalmente leva um mínimo de três anos, visto ser muito extensa e complexa, por requerer pessoal qualificado e passar por várias fases até à sua realização.

No entanto, o demógrafo e docente universitário da Faculdade de Ciências Sociais (UNANG - Universidade Nova de Angola), Minguede Nzinga, explicitou em entrevista: “Se nós realizamos o último censo populacional no ano de 1970, e estamos em 2011, temos, portanto quatro censos em atraso”. Disse ainda: “Sem o censo, não se sabe com quem se trabalha. Não se sabe o número de crianças que estão fora do sistema de ensino, quantos trabalham e os que estão fora do sistema do emprego. Mas o censo nos oferece todos estes dados”.

O demógrafo angolano finaliza dizendo:

Na falta deste importante utensílio, as instituições trabalham com as projeções, apontando como exemplo a estimativa atual da população angolana apontada para 20 milhões novecentos e quarenta e sete mil habitantes. (*JORNAL DE ANGOLA - Julho de 2010 – p.13*).

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, foi possível sistematizar os dados pesquisados, relacionando a forte dependência dos recursos naturais não renováveis<sup>6</sup> e a chamada *maldição dos recursos naturais*<sup>7</sup>.

Diante dessa análise comparativa, o cerne da investigação do trabalho baseia-se também na possibilidade de avaliar a provável atenuação desses efeitos por meio do ensino técnico-profissionalizante, por via da apreciação dos efeitos e resultados obtidos no projeto Angola-Brasil do qual este autor faz parte. Vislumbra-se então, a possibilidade de redução dos efeitos negativos da maldição a partir da capacitação de mão de obra e sua consequente introdução no mercado de trabalho, melhorando com isso a qualidade de vida dos técnicos

---

<sup>6</sup> No caso de Angola, essa pesquisa deu maior ênfase, principalmente ao petróleo e ao diamante.

<sup>7</sup> Essa expressão foi cunhada nos anos 80 para referir a relação negativa encontrada entre a posse de recursos naturais e baixas taxas de crescimento econômico e social.

formados no projeto. Todavia, se faz necessário resgatar alguns elementos vitais para análise desse contexto, buscando reunir dados consistentes capazes de equacionar os resultados obtidos no projeto e sua relação direta com a realidade socioeconômica de Angola.

Em virtude dessa afirmação, o próximo capítulo tratará inicialmente de aspectos relevantes de Angola sob a ótica da pesquisa e do objeto de estudo. A seguir apresenta-se um pouco mais da história de Angola, da colonização até hoje, pontuando aspectos importantes que influenciaram na formação da estrutura socioeconômica, enfatizando sua relação com o Brasil.

## 2: ANGOLA HOJE.

Para quem chega pela primeira vez, Angola demonstra de imediato, um choque entre o crescimento urbano acentuado e uma pobreza que se mostra sem timidez, nua e crua. Um misto de riqueza e crescimento descontrolado, contrastando com a sórdida imagem de mulheres e crianças pedintes caminhando pelas ruas e becos de sua capital. Denuncia claramente o desnível social de uma economia polarizada, realidade negativa que tem como pano de fundo, uma cidade em constante mudança, construções para todos os lados, conforme se observa na figura 9:



Figura 9 – Foto da capital Luanda – próximo ao aeroporto

Os dados oficiais mais atualizados de Angola apresentam uma população média de cerca de 16 milhões de habitantes, estando aproximadamente 5 milhões concentrados na capital, Luanda. Destes 16

milhões, 50% tem menos de 19 anos e 35%, menos de 14. (Fonte: Agência Angola Press – março de 2010).

Angola possui atualmente as seguintes características:

Nome Oficial	República de Angola.
Origem Política	Colônia portuguesa por 500 anos.
Partido no Poder	MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).
Principal partido da oposição	UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola).
Presidente	José Eduardo dos Santos desde 1979.
Governo	República Presidencialista.
Língua Oficial	Português.
Principais Dialeto de Angola	Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Tchokwe, Fiole, kwanyama, Nganguela, Nhaneca-Humbe.
Religião	Cristianismo (94,3%), crenças tradicionais (4,7%), sem religião e ateísmo (1%).

Fonte: CRUZ 2008. p.36. Disponível em <[http://www.wayfield.com/pt/clientes/angola\\_hoje.php](http://www.wayfield.com/pt/clientes/angola_hoje.php)>

A economia angolana se encontra dependente do desempenho do setor petrolífero, o qual representa cerca de 85% do Produto Interno Bruto (PIB) e englobou 95% das exportações totais, dados de 2008.

O estabelecimento da paz em 2002, e um gradual aumento da segurança no país permitiram um incremento do PIB nos últimos anos: 20,6% em 2005; 18,6% em 2006; e 17,8% em 2007, sendo estes dois últimos valores estimados, (figura 10), e que situam Angola entre os países de maior expansão econômica no mundo.

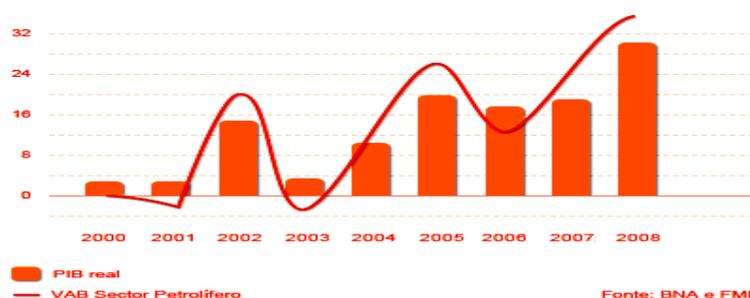
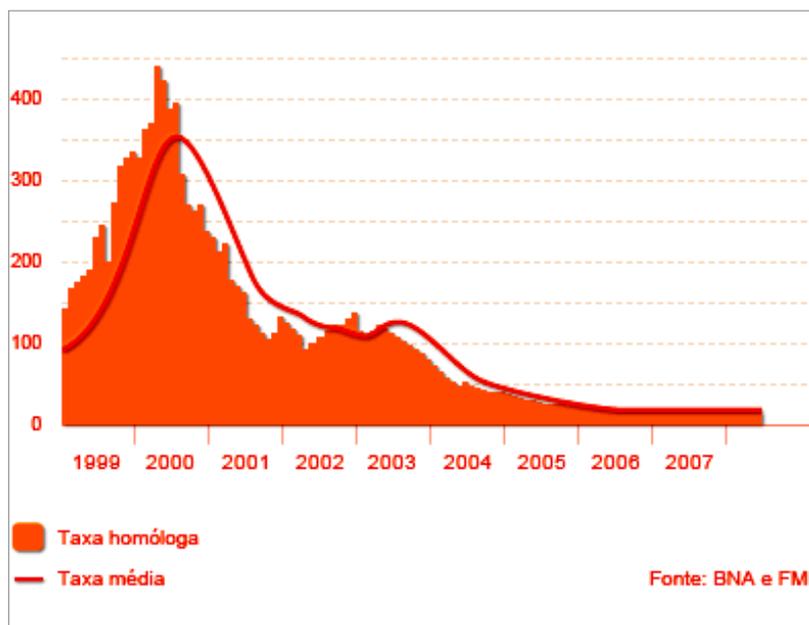


Figura 10 - PIB REAL (2000-2008) – (VAB) Taxa de variação anual bruta em percentagem.

Esta conjuntura favorável que a economia angolana vem atravessando, traduz-se também na desaceleração progressiva da taxa de inflação de acordo com as previsões do Governo Angolano, conforme pode ser visto no gráfico da figura 11.



Contudo, apesar do estabelecimento da paz no território angolano ter possibilitado a criação de condições básicas ao seu desenvolvimento econômico por um lado, por outro, a falta de infraestruturas físicas e de recursos humanos habilitados continua a retardá-lo.

A pesquisa revelou que grande parte dos entrevistados aposta na educação como possibilidade de reduzir as principais mazelas que afligem o país, entre elas a citada maldição dos recursos naturais nesse trabalho referidos ao petróleo e ao diamante, as maiores riquezas naturais de Angola.

Tais características denotam as peculiaridades singulares dessa nação, permeada por várias tragédias das quais foi vítima. Não obstante, é fácil observar em seu povo uma capacidade incrível de renascer. Quem anda pelo país nota de imediato uma disposição incansável estampada no rosto dos muitos homens, mulheres e crianças, revelando um povo sofrido, no entanto possuidor de uma grandiosa receptividade e de uma generosidade admirável. Este é o caso de N'Zingaw (*figura 12*), que, em meio a *kazukuta*<sup>8</sup> (dito pela

<sup>8</sup> (*quimbundo kuzukuta*) s. f. – Angola: Confusão, desorganização, tumulto.

própria angolana), típica do mercado Roque Santeiro<sup>9</sup>, me adotou carinhosamente como afilhado e me ensinou pacientemente alguns valiosos segredos das ervas e plantas medicinais encontrados naquele mercado, situado na capital Luanda. Sempre que indagada sobre os males que assolaram seu país, rebatia com o seguinte provérbio: “*Kiazenduka, Kakilexi!*”<sup>10</sup> – “*Apenas está inclinado; não entornou*”, comprovando, mesmo diante da difícil realidade, a fibra de um povo guerreiro em busca da paz, da dignidade e do fenecimento das mazelas encontradas em seu país.

Por esse motivo, as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo se convertem em informações fundamentais para a reflexão do objeto de estudo, uma vez que tem como base a opinião direta do povo, seus julgamentos, inquietações e principalmente pontos de vista críticos, pois são essas pessoas que sofrem diretamente os impactos das ações oriundas dos projetos ditos sociais e das políticas ditas públicas.

Nesse cenário, analisando detalhadamente a figura 12 a seguir, pode-se notar que o pano de fundo demonstra claramente a realidade daquele país.

De acordo com Nelson Pestana, cientista político angolano:

Temos um país extremamente rico e uma população muito pobre. O que denota que o forte crescimento econômico registrado pelo país, numa média de 20% nos últimos cinco anos, tem uma fraca incidência social (*com informações do Relatório Econômico de Angola*). Nosso país tem uma população estimada em 18,5 milhões de habitantes, sendo cerca de 12,5 milhões pobres, que vivem com cerca de 1,7 dólar por dia, numa situação de serviços básicos reduzidos, baixos indicadores sociais e fraco funcionamento do sistema de direitos. A pobreza no país está associada à vulnerabilidade estrutural das famílias, à doença e a um fraco acesso a serviços básicos. (JORNAL PAMBAZUKA NEWS, 09/01/2009).

Deste modo, em meio à confusão do mercado é impossível deixar de perceber a miséria estabelecida no entorno, mesmo diante da alegria de N'Zingaw. Fechar os olhos a tanta demanda social ficou impraticável, principalmente a partir do ponto de vista do pesquisador.

---

<sup>9</sup> Sediado em Luanda, Roque Santeiro é um dos maiores mercados a céu aberto do mundo. No local é possível encontrar de tudo, desde alimentos até peças de automóvel - uma infinidade de artigos.

<sup>10</sup> Em Angola, sempre que os mais velhos aplicam este adágio, significa que o assunto em presença ainda é passivo de solução ou superável. Origem: dialeto *ambundu*.

Cabe comentar que muitos angolanos olham com espanto para quem tira fotografias. Há pessoas que ainda dizem ser proibido tirar fotos em Angola e, em muitos casos, reagem agressivamente quando são fotografados sem prévia autorização.



*Figura 12 – Foto do pesquisador com N'Zingaw em Luanda. Elaborado pelo o autor.*

Outra observação que merece destaque é a dificuldade de se fotografar prédios públicos oficiais porque, de acordo com orientações fornecidas no aeroporto, as fotografias desses locais exigem autorização antecipada junto aos órgãos responsáveis, visando manter a segurança nacional.

Durante a pesquisa, ficou comprovado que a realidade observada remete às altas taxas de desemprego. Essas taxas permanecem altas não só devido à deficiente capacidade econômica do país em criar empregos, como

## 2.1 – DADOS SOCIOECONÔMICOS.

Em 2006, Angola ganhou mais de 30 bilhões de dólares com as exportações de petróleo e, no entanto, 70% da população vive com o equivalente a menos de 2 dólares por dia. A maioria continua a não ter acesso aos cuidados de saúde básicos e uma em cada quatro crianças, morre antes dos cinco anos.

Angola hoje é considerado um dos países mais “ricos” do continente africano. O país produziu no ano passado (2006) 1,5 milhão de barris de petróleo diários. Entrou para o clube dos grandes exportadores de petróleo, a OPEP. Possui solo rico em diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, ouro, bauxita e urânio. Além de ter madeiras de lei e de apresentar condições excepcionais para a agricultura, possui também um grande potencial hidrelétrico em seus numerosos rios. (*Revista Eletrônica Além-mar – julho de 2007*).

Um país que viveu praticamente três décadas de guerra civil, alimentada precisamente com os proventos do petróleo e dos diamantes, produz mais de 698 milhões de barris de petróleo bruto por ano. É o 4º país do mundo em receitas diamantíferas, no entanto, atualmente, exporta apenas diamante bruto. As estimativas oficiais revelam que, a cada 9 milhões de dólares de diamantes brutos exportados por Angola, os compradores estrangeiros, depois de lapidarem as pedras, vendem-nas por 56 milhões de dólares.

Segundo dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional, 20% das verbas pagas pelas petrolíferas ao Governo de Luanda desaparecem anualmente em contas bancárias privadas. (*Revista Eletrônica Além-mar – julho de 2007*).

Aliado a esses fatos, Angola hoje possui forte presença da China, e essa ocupação já ultrapassou a área da construção civil, que foi o setor que abriu portas a esse país asiático. também à presença de setores produtivos (extração de petróleo e diamantes) que requerem cada vez mais mão de obra qualificada.

Convém destacar que outro fator é o reduzido investimento na qualificação dessa mão de obra nacional, traduzida pela baixa taxa de

escolarização bruta (25,6%) e pelas despesas públicas com a educação (2,6% do PIB). (*Nelson Pestana (Revista Eletrônica Bonavena) 09 de janeiro de 2009, 11ª edição*).

Por isso, é fato incontestável que o forte crescimento econômico tem uma fraca incidência social e largas camadas da população continuam em situação de pobreza e de pobreza extrema.

Nelson Pestana finaliza afirmando que não há dúvida de que o considerável crescimento do PIB per capita beneficiou, sobretudo, as classes mais abastadas. Fato que reforça a desigualdade social existente em Angola.

O Diretor do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, em declarações à Agência Lusa durante a Conferência Internacional “*China em África: desafios e oportunidades para Angola*”, realizada em Luanda em janeiro de 2011, afirmou:

Os sinais da presença chinesa em Angola estão à vista nas estradas e ruas de todo o país, com anúncios na língua chinesa, o que faz pressupor que há já um sub-mercado, uma sub-economia em Angola entre os chineses. Isto pode significar de fato que a presença chinesa em Angola não é apenas uma presença trazida pelas empresas de construção civil, mas já é trazida também pela vontade própria dos agentes económicos chineses para investir e ficar. (*JORNAL ANGONOTÍCIAS, 2010, p.9*).

A mesma ideia foi reforçada pelo coordenador da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), Aguinaldo Jaime, ao afirmar que o investimento privado chinês em Angola tem aumentado nos últimos anos, sem, contudo, avançar números, declarando:

Temos estado a assistir a um aumento da presença chinesa no sector privado em Angola, na área da construção civil, da agroindústria, e temos já manifestações de intenção na área dos serviços financeiros, quer isto dizer que a presença chinesa está a diversificar-se e é crescente. (*JORNAL ANGONOTÍCIAS, 2010, p.11*).

Além disso, para Alves da Rocha, é estimado que existem 70 mil cidadãos chineses no país, apontando que os chineses vieram para ficar: “*é para ficar e não se limitará a vir e regressar*”, disse ele.

Ainda sob essa ótica, é válido ressaltar que “a China emprestou a Angola 15 bilhões de dólares em 2010, mas o embaixador chinês em Luanda

queixa-se de que é cada vez mais difícil recrutar trabalhadores locais para os projetos que recebem estes financiamentos”<sup>11</sup>.

Com efeito, boa parte dos projetos de reconstrução em Angola está nas mãos de empresas de construção de Pequim, que recebem o financiamento destes projetos do país africano. Os juros destes financiamentos são pagos com petróleo angolano e em tais quantidades, que Angola se transformou no segundo maior fornecedor de óleo bruto para a China, estando em primeiro a Arábia Saudita.

Em Angola crescem as críticas pela presença cada vez mais ostensiva de grandes números de migrantes chineses que chegam ao país abrigado por protocolos de reconstrução, que reservam a empresas chinesas a maioria dos contratos.

A qualidade dos edifícios construídos pelos chineses tem sido também muito criticada, sendo a evacuação de urgência de um novo hospital em Luanda apenas um de vários incidentes recentes, revelando as fragilidades de uma relação de tipo “petróleo por cimento”.



*Figura 13 – Topógrafo chinês em Luanda. Elaborado pelo autor.*

A figura 13 mostra um jovem técnico topógrafo chinês trabalhando em Luanda. Após abordagem do pesquisador com perguntas a respeito do seu trabalho, disse, num linguajar de difícil compreensão, em que misturava as línguas inglesa, chinesa e portuguesa, que naquele local, onde se encontrava

<sup>11</sup>

<http://movv.org/2011/03/19/sobre-a-presenca-da-china-em-angola/>

fazendo medições seria construído um novo conjunto de prédios de apartamentos residenciais. Quando lhe foi perguntando sobre a questão da mão de obra chinesa, e a provável utilização de presidiários vindos da China, ele virou as costas, protestando em tom alto e de forma rude, em idioma chinês, e, após essa reação, nada mais disse, ignorando por completo a presença do pesquisador. Com um pouco mais de insistência por parte deste, somada à curiosidade dos angolanos que por ali se encontravam e que foram nos cercando, o chinês recolheu o equipamento e se foi, junto com mais três integrantes compatriotas que faziam parte de sua equipe.

A figura 13 revela ainda a realidade social do local, onde se misturam ambulantes, moradores de rua, adultos, crianças e idosos, compondo a base da pirâmide social de Angola e vivendo visivelmente em grande adversidade. Junto aos altos muros de uma mansão milionária protegida por cacos de vidro, produtos são expostos à venda e, mais à frente, moradores de rua sobrevivem em extrema miséria denunciando as diferenças sociais existentes em Angola. Possivelmente esses angolanos terão que abandonar o local, próximo à região central da capital, para dar lugar à construção de mais um novo empreendimento imobiliário.

Além disso, alguns depoimentos registrados na pesquisa, indicaram a relevância da presença chinesa para os cidadãos angolanos, que, por muitas vezes, é contraditória, como se pode observar nos depoimentos a seguir, colhidos durante a pesquisa realizada nas diversas províncias de Angola:

Seguindo os ditames da abominável ideologia do "politicamente correto" o mundo passou a ver as relações entre os africanos e os restantes povos - primeiro os europeus e agora os chineses como uma relação entre explorados "coitadinhos" (os africanos) e exploradores "sanguinários" (os outros). Ora, da mesma forma que a China tem vantagem em Angola também os angolanos estão tendo vantagem nessa relação, pois na realidade são os chineses que estão a reconstruir um país que foi destruído pelos próprios angolanos em sua guerra civil. (RICARDO SOARES - COMERCIANTE ANGOLANO – LUANDA).

Basta ver o que o governo chinês faz ao seu povo e principalmente ao povo tibetano que estão a ser mortos aos milhares e ao Dalai Lama que tem que estar refugiado na Índia. Um povo que traz luz e amor ao mundo. Conheçam a história do povo tibetano. Eles querem ser independentes e com razão de um país como a China. Angola não deve dar mais poder ao governo chinês neste momento. Um governo que está a dar como exemplo ao mundo o

extermínio de um povo como o tibetano. Angola não precisa se relacionar com um governo desta natureza. Os governos deviam se unir e parar as negociações com a China. Além de serem o país mais poluente do mundo não cumprem acordos. Angola não deve ficar dependente. (CARLO MENEZES - PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - FACULDADE DE MEDICINA – HUAMBO).

Vemos uma Angola sendo recolonizada, agora não só pelos portugueses, mas por varias nações, principalmente pela China. A incapacidade do povo angolano em criar, empreender, investir e buscar coisas novas e ainda a submissão dos nossos dirigentes gera todo esse cenário de domínio estrangeiro no nosso país. Pena, porque é o caminho de decadência da nação. (CONSTANTINO MULU - TÉCNICO NAVAL – PORTO DE LOBITO BENGUELA).

Percebe-se claramente uma grande reação do povo angolano, que apesar de saberem precisar da ajuda, não vêm com bons olhos e com razão, a China empregar chineses em tarefas que com certeza poderiam ser realizadas por angolanos. E com um agravado: alguns destes, que eu presenciei também são presidiários de penas leves, que ao exemplo que Portugal fez com Brasil, levou para aquele continente um bando de criminosos. Também é fato que já podemos ver muitas crianças mulatas já com olhos puxados, e isso é só o começo rrsrrsrsrs – (Disponível em: <<http://www.nanaoliva's.blog.com.br>>).

Xé<sup>12</sup>! Isso aqui ta cheio de *txim txam*<sup>13</sup>, as vezes fico a achar que estou em outro lugar de tanto ver *txim txam*. E o pior é que eles não gostam de *Mangolé*<sup>14</sup>, ficam a *uatobar*<sup>15</sup> a gente, a *xuculuçar*<sup>16</sup> nossos irmãos angolanos. São todos *cabiris cangundos*<sup>17</sup>, e deveriam voltar pro lugar de onde vieram. (ANSELMO CALEI – AMBULANTE EM LUANDA).

Com relação ao Brasil, a história mostra, conforme dito anteriormente, que as relações datam do século XVI e permanecem até os dias atuais. No início, o fator fundamental era o comércio escravista, que movimentou grandes somas de divisas e foi fortemente responsável por determinar a construção da cultura brasileira, transformando o Brasil, em termos relativos, no segundo país do mundo em população negra.

---

<sup>12</sup> Interjeição que no caso exprime espanto e exaltação: êpa.

<sup>13</sup> Chinês; Japonês.

<sup>14</sup> Angolano; Mangolê.

<sup>15</sup> Ridicularizar; fazer pouco; troçar.

<sup>16</sup> Ato de revirar os olhos para demonstrar desprezo ou rancor por outrem.

<sup>17</sup> Pessoa de cor branca e de baixa estatura (depreciativo: branco ordinário, sem educação).

Com o fim da escravidão, Brasil e Angola viveram um período de afastamento que só foi alterado com o início dos movimentos de independência angolana.

Quando o Brasil se torna o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, um fator determinante para as relações exteriores brasileiras, a decisão não só aproximou os dois países como modificou e fortaleceu a imagem do Brasil no exterior, principalmente entre os países ditos periféricos, conforme discutido no primeiro capítulo. Essa afinidade secular credencia o país a estabelecer uma relação muito mais amigável.

Neste cenário, e a partir dessa relação construída historicamente, nasce o projeto Angola–Brasil que, entre outras atribuições, busca, em tese, contribuir para o progresso da realidade socioeconômica daquele país, a partir da capacitação profissional. Portanto, serão discutidos a seguir, a origem do projeto em questão, bem como alguns fatos considerados negativos para as ações e desdobramentos do projeto, buscando pontuar obstáculos relativos ao que foi idealizado, em contraste com a realidade encontrada na pesquisa *in loco* realizada.

A proposta foi então levantar, por meio de pesquisa de campo, a coleta de dados, documentos e depoimentos naquele país e no Brasil, informações capazes de esclarecer se as ações desse projeto poderiam reunir elementos capazes de ajudar Angola a reduzir os efeitos nocivos da maldição dos recursos naturais, através de capacitação profissional técnica.

Neste sentido, torna-se importante relatar que a sistematização destas informações converteu-se na essência do trabalho, e por esse motivo, o conhecimento sobre o Projeto Angola Brasil é de fundamental importância para aquilatar se a hipótese básica na pesquisa, ou seja, suas resultantes seriam capazes de funcionar como atenuantes aos efeitos do paradoxo em apreciação.

Fatos ocorridos na contemporaneidade são apresentados como elementos integradores, e interesses das nações envolvidas também são destacados como forma de entendimento dessa relação.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa são então apresentados a seguir, visando a proporcionar uma compreensão que valide as conclusões do intuito da pesquisa. Dados quantitativos de Angola, também

serão mostrados e debatidos, buscando compreender a atual situação socioeconômica do país e ainda estabelecer uma perspectiva que permita associar a possível relação da maldição dos recursos naturais com o contexto atual da nação.

Apresenta-se, a seguir, a discussão sobre a questão acerca da maldição dos recursos naturais, termo cunhado nos anos 1980, para expressar a relação negativa encontrada entre a posse de recursos naturais e baixas taxas de crescimento econômico e social.

A lógica dessa expressão, no contexto acadêmico, indica que países com amplo capital oriundo de recursos naturais tendem a apresentar baixo crescimento por razões intimamente ligadas a questões institucionais. Com relação a Angola, país rico em petróleo e em outros recursos naturais, nota-se forte convergência para sofrer dessa maldição.

Nesse sentido, admitindo o pressuposto da maldição, fortes evidências foram observadas em Angola. Não obstante, essa constatação só pode ser assegurada mediante análise mais aprofundada dos efeitos do paradoxo. Surge com isso, a necessidade de analisar com maior ênfase essa questão.

Sob essa ótica, é possível conceber que a exploração de recursos naturais pode ser mais nociva que benéfica, em particular para países dotados de fraca estrutura política, econômica e social.

Tudo isso desperta algumas *inquietações*<sup>18</sup>:

- *A descoberta de recursos naturais é necessariamente boa?*
- *Essa “maldição” pode ser convertida em bênção?*
- *Qual o cenário mundial desenhado na experiência dos países detentores de recursos naturais não renováveis?*

Tais questionamentos recomendam, quase que obrigatoriamente, a análise de alguns conceitos ligados aos fenômenos que promovem ou coíbem os efeitos do dilema inseridos no paradoxo.

Deste modo, no próximo capítulo serão tratados, com maior profundidade esses questionamentos, abordando, por meio de discussões teóricas o conceito de enclave, fundamentado na economia suportada por

---

<sup>18</sup> Denota dúvidas no entendimento, termo percebido durante a pesquisa, muito utilizado pelos alunos angolanos quando em dúvida sobre um assunto apresentado, porém não compreendido por ele em sala de aula.

recursos naturais não renováveis. O papel desse tipo de economia, baseada em experiências de outros países, visa a fornecer parâmetros comparativos para o estudo analítico do objeto de estudo pesquisado.

Serão também discutidos conceitos como: “maldição dos recursos naturais” e “paradoxo da abundância”, utilizando-se pressupostos teóricos sobre essa questão.

No entanto, antes disso, convém ressaltar sucintamente algumas peculiaridades percebidas, principalmente durante a visita feita naquele país, nas entrevistas realizadas, nas falas e observações de angolanos de diversos segmentos sociais, que revelaram nuances importantes para o trabalho. A seguir será apresentada a metodologia utilizada na coleta de dados da pesquisa.

## 2.2 – METODOLOGIA APLICADA NA COLETA DE INFORMAÇÕES.

“Os dados materiais de uma nação podem ser contados e medidos (superfície, população, exércitos, riquezas materiais); mas o que não se pode medir é, às vezes, mais importante: o espírito, a alma, a vontade de orientar-se para um objetivo definido”. (*Francis Bacon*).

A metodologia utilizada na pesquisa de campo baseou-se na elaboração de roteiros de entrevistas de acordo com o assunto a ser tratado<sup>19</sup>.

Partindo do princípio de que o trabalho científico acadêmico marcha quase sempre em duas direções distintas, que é a fundamentação fornecida pelo suporte teórico e os princípios e procedimentos metodológicos, muitas vezes orientados pela pesquisa de campo, que a partir dos resultados apresentados, complementa a discussão acerca do assunto abordado, os pesquisadores, ao realizarem este trajeto, levam em consideração o processo

---

<sup>19</sup> Ressalto a importante contribuição do funcionário do projeto, o angolano Souza, oficial da reserva do exército do MPLA. Souza forneceu informações relevantes sobre fatos históricos de Angola. Tendo sido combatente durante a guerra civil, vivenciou diversas experiências e discorreu sobre os movimentos revolucionários de Angola, dialetos, costumes, crenças, nomes das localidades visitadas, mazelas, riquezas do país entre muitas outras informações. Além disso, o angolano também ajudou na confecção das questões a serem levantadas na pesquisa, na medida que explicava o sentido e significado de algumas expressões utilizadas no país. Souza também apoiou os desdobramentos da pesquisa participando dos deslocamentos necessários, colaborando sempre que havia falta de entendimento nas questões propostas no momento em que as entrevistas eram realizadas. (*Foto em anexo 5*).

histórico, social, cultural e econômico. Reconhecem ainda que o conhecimento pode ser algo a ser construído, reconstruído, aproximado e atualizado. A propósito disso, observando a importância da dimensão investigativa desse trabalho, tem-se:

a pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas e necessárias à superação da defasagem genérica sobre as realidades e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho. Aliás, a principal via para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática, requalificando a ação profissional e preservando a sua legitimidade (ABESS, 1996, p.152)

Sob essa ótica, a metodologia estabeleceu o critério de pesquisa de campo exploratória, em busca da complementação dos saberes científicos associados à realidade, necessária para a questão proposta no instrumento investigativo.

Segundo MATTAR (1996), as pesquisas exploratórias têm como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Podem ser usadas, para facilitar a elaboração de questões que conduzam à formulação de hipóteses, que darão maior ênfase à problemática da pesquisa. Também visam a oportunizar uma reflexão sobre os conceitos, ajudar no delineamento do projeto final da pesquisa e estudar linhas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados. Importante ressaltar que, por muitas vezes, os angolanos se furtaram a prestar suas opiniões por medo de represálias, ou mesmo por não entenderem o objetivo da pesquisa. Mesmo explicitando que se tratava de um procedimento de cunho acadêmico, muitos diziam que não sabiam de nada, nada viram ou nada entendiam sobre o assunto pesquisado. Anonimamente, alguns entrevistados diziam ainda ser o país assolado por uma ditadura militar encoberta e dissimulada, porém violentamente repressiva. Pessoas que expõem suas opiniões políticas abertamente contrárias ao governo desaparecem, no dizer deles: “- *Aiuê*<sup>20</sup>, você está a me arrumar *babulo*<sup>21</sup>, vão me *apagar o maçarico*<sup>22</sup> se eu falar disso contigo!”

---

<sup>20</sup> Exclamação que exprime espanto ou dor.

<sup>21</sup> Problema grave e complicado de resolver.

Convém destacar que, embora muitos se negassem a responder aos questionamentos previamente elaborados, a conversa sem formalidades era quase sempre bem-vinda, desde que fotografias e gravações não se realizassem. A exceção ficou com os universitários (docentes e discentes) e com os alunos do Projeto que, em sua maioria, faziam questão de responder aos questionários técnicos e de formalizar sua opinião, autorizando, quase sempre, a gravação da entrevista.

Torna-se importante também registrar que os angolanos, mesmo quando se negavam a responder às perguntas, eram sempre corteses e solícitos. Quando compreendiam o motivo da entrevista, respondiam atenciosamente ao pesquisador. Em alguns casos, mesmo *abuamados*<sup>23</sup> com as perguntas, por vezes decidiam falar abertamente, sem temor, declarando que iam *assumir o barulho*<sup>24</sup>, caso necessário.

A pesquisa *in loco* permitiu ter acesso a informações que só estão disponibilizadas na experiência vivida pelas pessoas. Por esse motivo, a pesquisa presencial se converteu num poderoso instrumento que possibilitou a obtenção de dados até então pouco explorados e de difícil alcance. As entrevistas realizadas e os locais visitados foram capazes de fornecer material farto e consistente para apoiar as proposições da pesquisa de maneira crítico-reflexiva. Entretanto, esse aspecto, embora diferenciado, não pode ser único para os objetivos no trabalho e, por isso, trataremos a seguir da pesquisa sob o ponto de vista dos fatos e evidências coletados em outras fontes de dados, buscando assim consolidar os aspectos quantitativos e qualitativos capazes de atender ao princípio proposto no estudo.

---

<sup>22</sup> Morrer, falecer, ser morto por falar demais.

<sup>23</sup> Espantados ou admirados.

<sup>24</sup> Aguentar as consequências.

### **3: A MANIFESTAÇÃO DO PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.**

Alguns estudos revelam que o mal dos recursos naturais ocorre quando o aumento das exportações causa uma apreciação na taxa de câmbio que, por sua vez, reduz a competitividade internacional do país, tanto no setor agrícola, quanto no de indústrias de base. Isso leva à redução de emprego nesses setores provocando uma queda no mercado de trabalho.

Caso a aludida referência cambial não seja minimizada ou extinguida por políticas deliberadas de desvalorização da moeda interna, fatalmente ocorrerá manifestação da maldição, na figura da crescente exportação dos recursos naturais, em detrimento dos demais setores da economia que, por uma lógica de mercado, tendem à estagnação, resultando nos efeitos negativos do paradoxo.

A percepção sobre o paradoxo da abundância foi revelada, pela primeira vez, em 1977, pela revista "The Economist", que utilizou o termo "doença holandesa" para descrever o declínio do setor industrial na Holanda, provocado pela descoberta de uma grande fonte de gás natural. O país iniciou a exploração de gás natural e passou a exportar maciçamente o produto. Em decorrência, houve intensa entrada de divisas no país, fruto das receitas obtidas nas exportações do recurso natural. Com efeito, a entrada de moeda estrangeira valorizou intensamente a moeda local. Essa valorização cambial atingiu diretamente o setor industrial da Holanda, comprometendo sua competitividade externa. Houve então um grande estímulo às importações, levando o país a um processo de desindustrialização.

Um dos exemplos mais marcantes e considerados no mundo inteiro como paradigmático é o da Nigéria, país conhecido como uma das maiores

vítimas dos efeitos da maldição dos recursos naturais, sendo frequentemente apontado como exemplo extremo dos males do paradoxo da abundância.

A Nigéria é um país que sofre longa instabilidade política, com corrupção, infraestrutura inadequada, e má gestão macroeconômica. Busca atualmente realizar reformas administrativas. Os ex-militares governantes não conseguiram diversificar a economia, mesmo com a elevada disponibilidade de capital proveniente do setor petrolífero, que fornece cerca de 80% das receitas orçamentárias, 20% do PIB e 95% das divisas. O setor agrícola, em grande parte de subsistência, não foi capaz de acompanhar o rápido crescimento populacional – a Nigéria é o país mais populoso da África, com cerca de 150 milhões de habitantes. No passado foi um grande exportador de alimentos, e é agora importador.

### 3.1 – O CASO ANGOLA.

Em Angola, o resultado da realidade observada durante a pesquisa sobre a questão da dependência dos recursos naturais e dos efeitos da maldição não foi muito diferente da apresentada pela Nigéria. Inclusive as opiniões foram praticamente unânimes quando o assunto era colocado em pauta no universo pesquisado (entrevistados).

A tabela 1 apresenta dados oficiais relativos aos principais aspectos macroeconômicos de Angola, no período compreendido entre 2003 a 2007.

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB US\$ bilhões	14,0	19,3	32,8	33,9	47,3
Crescimento real do PIB (%)	3,3	11,2	20,6	18,6	16,3
População (milhões)	15	15,5	15,9	16,4	16,9
Exportações (fob US\$ bilhões)	9,508	13,475	24,109	31,343	43,154
Importações (fob US\$ bilhões)	5,48	5,831	8,353	11,276	15,223
Câmbio (média anual)	74,6	85,5	87,2	80,4	76,6

Tabela 1 – Dados Macroeconômicos de Angola. (Fonte: EIU - Economist Intelligence Unit).

Diante desses dados oficiais, podemos observar que Angola possui uma elevada taxa de crescimento do PIB e das exportações, devido ao setor petrolífero. Com os recordes de preços que vem atingindo, o petróleo contribui com cerca de 85% do PIB e apóia um crescimento econômico superior a 15%,

a partir de 2004. Em 2005, o governo angolano utilizou uma linha de crédito de US\$ 2 bilhões de dólares, aumentado para US\$ 7 bilhões, com recursos provenientes da China, que foram destinados à reconstrução da infraestrutura. Angola também teve grandes linhas de crédito do Brasil, Portugal, Alemanha, Espanha e da União Europeia. Com os recursos do petróleo, conseguiu reduzir a inflação de 325% em 2000 para menos de 13%, em 2007. Angola tornou-se membro da OPEP em finais de 2006 e, em finais de 2007, foi-lhe atribuída uma quota de produção de 1,9 milhões de barris por dia.

Para aproveitar plenamente seus abundantes recursos nacionais - ouro, diamantes, extensas florestas, pescas do Atlântico, e grandes jazidas de petróleo - Angola terá necessidade de implementar reformas no governo, aumentar a transparência e reduzir a corrupção. O governo tem rejeitado um programa formal do FMI, embora faça consultas e cooperação *ad hoc*. A corrupção, especialmente em setores de extração, e os efeitos negativos de grandes fluxos de moeda estrangeira são os grandes desafios em Angola. (CIA THE WORLD FACTBOOK, 2007).

Nesse cenário, alguns indicadores, como a fraca qualidade das instituições e má administração pública, encontram-se estreitamente associadas a práticas de *rent seeking*<sup>25</sup>, que resultam em alta dependência econômica ao petróleo por parte do seu detentor, bem como da exposição à volatilidade do preço do produto nos mercados internacionais. Associados à deficiente gestão pública, esses fatores geram o efeito da maldição dos recursos naturais.

Durante levantamento de dados na Universidade Católica de Angola (UCAN), no Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) e na Universidade Agostinho Neto (UAN), professores e alunos respondiam quase sempre que o país sofria intensamente dos males do paradoxo da abundância. Essa afirmação se evidencia a partir de alguns depoimentos descritos a seguir, denotando a percepção sobre o fenômeno:

Aqui em nosso país a suposta "maldição dos recursos naturais" que você me apresenta é então uma triste realidade, vivemos sob a égide de um país rico, onde mais da metade da população passa fome. Exportamos grandes quantidades de petróleo e, no entanto, a maior parte dos empregos advindos dessa exploração são mão

---

<sup>25</sup> Ato em que um indivíduo ou uma organização se apropriam dos bens de outrem sem nada darem de volta à sociedade.

de obra estrangeira, isso porque não temos políticas públicas capazes de fortalecer nosso povo. A maioria dos nossos jovens não consegue empregos dignos por falta de competência técnica. Pode-se afirmar com certeza que Angola é ferozmente acometida desse dilema que você me pergunta. (*DOCENTE UNIVERSITÁRIO*).

A resposta a sua indagação infelizmente é verdadeira, sim Angola é amaldiçoada por ter tantos recursos naturais. Considero meu país como um “Estado fraco”, pois embora tenhamos fartos recursos naturais, temos em contrapartida e em decorrência deles reduzidas ações governamentais voltadas ao bem estar social. Além disso, nossa capacidade para obter através desses recursos, retornos verdadeiramente consistentes para a população, quando não é nula, é praticado com interesses políticos manifestados por políticas paternalistas que criam no povo uma enorme dependência e apatia. (*ALUNO DE GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA*).

Meu caro, N’angola a realidade é muito triste para a maioria do povo. Carecemos de serviços básicos para população (desde leis, ordem e segurança até saúde, educação e infraestrutura). Se isso é uma maldição não sei, mas acredito que a conscientização está muito distante, nossa educação é precária e como acho que único caminho para combater esse mal é o conhecimento através da educação, provavelmente meus filhos e netos ainda sofrerão os efeitos dessa maldição que está longe de ser uma simples crendice, como tantas que nutrimos equivocadamente por aqui, esquecendo das verdadeiras e malditas tradições contemporâneas. (*DOCENTE UNIVERSITÁRIO*).

O fraco nível de diversificação das economias produtoras de recursos remete para situações de dependência das receitas extractivas e conseqüente vulnerabilidade macroeconómica. A exposição a ciclos económicos, associada à menor elasticidade da procura dos recursos naturais face aos bens industriais e ao comportamento extremamente volátil dos preços das matérias-primas no mercado internacional, têm contribuído para o declínio do preço relativo das exportações dos recursos naturais destas economias. (*ALUNO UNIVERSITÁRIO SOCIOLOGIA*).

Você levanta um ponto que ao meu ver vai além da questão dos recursos naturais. O fato é sobre o uso que as pessoas fazem dos recursos. Não é a quantidade de recursos, mas sim como as pessoas os usam que determina o seu desenvolvimento. Na minha visão esse é o grande problema. Por exemplo, os Estados Unidos já foram ricos em recursos naturais, e aí você pode argumentar que o segredo do desenvolvimento americano tem sido o aperfeiçoamento de suas instituições, sejam bancárias, legais ou governamentais. Isso não quer dizer que muitos problemas não existam lá. Os recursos podem ser uma benção ou maldição não por eles mesmos, mas pelo o que as pessoas fazem deles. (*DOCENTE UNIVERSITÁRIO*).

Nesse sentido, ainda em busca de confirmações que atestassem a relação do paradoxo da abundância com Angola e o projeto Angola-Brasil, foram pesquisadas opiniões diversas e, obteve-se a contribuição do administrador apostólico da Diocese do Dundo<sup>26</sup>, Dom Joaquim Ferreira Lopes, que enviou um artigo intitulado: “*O paradoxo da abundância e pobreza extrema*”, onde o prelado ressalta que este problema não se trata com pouca importância, não tem nada de filosófico, é real, destaca a respeito de Dundo:

Apesar de ser uma província com elevado índice de exploração diamantífera, a riqueza da região muita das vezes ressaltada por todos não chega às populações nativas. A província situa-se numa zona um tanto “incompreendida” a nível externo e às vezes, também a nível interno. Ao nível externo quando nos dirigimos a organizações internacionais geralmente somos conotados com uma zona do país que é rica, diamantífera. E então as respostas vêm-nos dizendo: vocês estão numa zona rica como é que sofrem tantas necessidades? (Disponível em <<http://www.apostolado-angola.org>>)

O bispo acrescenta que este fato cria embaraços ao povo da Lunda-Norte, quando buscam recursos para a região, afirmando que: “*é um povo voluntarioso, um povo extremamente generoso, mas é um povo muito pobre em contraste com a riqueza que muita gente atribui pelo fato de ser uma província onde existem companhias nacionais ou estrangeiras a extraírem diamantes*”.

Convém ressaltar que, de acordo com o Banco Nacional de Angola, uma ligeira alta na procura mundial causou uma relativa melhoria em termos de perspectivas para o preço do petróleo bruto angolano. Foi atribuído a esse fato um aumento na arrecadação no ano de 2010.

Ainda de acordo com o geólogo Manuel Watângua, diretor de Pesquisa & Produção da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), a projeção é de que Angola poderá assumir a primazia na produção mundial de diamantes. Mais de 85% dos diamantes existentes no país são do tipo jóia, considerado o mais rentável e valioso.

---

<sup>26</sup> O Dundo é a capital da Lunda Norte, localiza-se ao extremo norte de Angola. É uma província que tem área de 103 760 km<sup>2</sup> e possui uma população aproximada de 790.000 habitantes. Está a uma distância de 1500 Km de distância da capital Luanda.

Segundo a revista Angola Hoje (2002), apesar de a “*produção de diamantes ainda não ter o volume desejado em Angola, é o segundo produto que mais contribui para o PIB (Produto Interno Bruto), depois do petróleo. As receitas brutas anuais giram em torno de US\$ 600 milhões*”.

Um dos fatores do sucesso da atividade petrolífera foi a criação, pelo governo, de um ambiente receptivo a investimentos da concorrência entre as empresas petrolíferas.

O país produziu, no ano passado, 1,5 milhão de barris de petróleo diários. De resto, conforme já comentado, acaba de entrar para o clube dos grandes exportadores de petróleo, a OPEP – o seu solo é rico em diamantes, mas segundo dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional, 20% das verbas pagas pelas petrolíferas ao Governo de Luanda desaparecem anualmente em contas bancárias privadas. (REVISTA ALÉM-MAR – julho de 2007).

### 3.2 OUTROS EXEMPLOS NO MUNDO.

Na república do Chade<sup>27</sup>, localizado na região central do continente africano (*ver figura 14*), um projeto orçado em 27 bilhões de dólares financiou um oleoduto ligando este país a Camarões. O projeto foi aprovado em 2000 pelo Banco Mundial, com a promessa de que representaria um quadro sem precedentes para transformar os lucros do petróleo em benefício para os pobres. Os investimentos de um consórcio de petrolíferas liderado pela Exxon-Mobil previa que 80% das receitas fossem aplicados em programas de combate à pobreza, 10% num fundo para as gerações futuras e os outros 10% no desenvolvimento da zona produtora de petróleo. (*Revista Eletrônica Além-mar – julho de 2007*).

Apesar disso, o próprio Banco Mundial já reconheceu que está ainda por ver se o quadro definido para a redução da pobreza funciona na prática. Para começar, o Governo do Chade utilizou parte dos 25 milhões de dólares,

---

<sup>27</sup> Também chamado de Tchade ou Tchad, é um país africano sem acesso ao mar, localizado no centro-norte da África. Faz fronteira com a Líbia a norte, com o Sudão a leste, com a República Centro-Africana a sul, com Camarões e Nigéria a sudoeste e com o Níger a oeste.

que recebeu pela assinatura do projeto na compra de armamentos e reafirmou que a maldição dos recursos naturais naquele país não é uma crendice.

De acordo com a Transparência Internacional, as nações produtoras de petróleo da África Subsaariana estão entre as 30 mais problemáticas do mundo no que se refere à corrupção. Organizações não governamentais têm denunciado que, mesmo em nações que descobriram o petróleo mais recentemente, como o Sudão, a corrupção já começou a fazer-se sentir e o Governo não presta contas à população sobre as receitas que estão sendo geradas pelo petróleo.

Por outro lado, o Oriente Médio dispõe de 65% das reservas mundiais de petróleo comprovadas. Alguns dos Estados produtores sabem utilizar de uma maneira relativamente inteligente os recursos petrolíferos, se bem que, na sua maioria, sejam governados por regimes autoritários e para os quais a palavra “transparência” não tem grande significado.

Além disso, trata-se de uma indústria que não enfrenta competição, o que também torna desnecessária a melhoria da produtividade. As economias destes países, com o passar das décadas e os aumentos cíclicos do preço do petróleo, acabaram por desenvolver uma visão falsa da modernidade, que se traduz apenas na importação de tecnologia dos outros países.

Países como os Emirados Árabes Unidos têm utilizado as receitas do petróleo para montar uma rede de infraestruturas – aeroportos, portos, estradas e habitação, levada por vezes ao extremo de um luxo verdadeiramente das Arábias – e para fazer da região um centro de turismo, comércio, tecnologia e indústria. Hoje, o petróleo representa apenas 7% do PIB do Dubai e a economia cresce 16% ao ano. Compostos por sete estados relativamente independentes, com cerca de quatro milhões de habitantes, os Emirados Árabes Unidos só em dezembro de 2006 realizaram as suas primeiras eleições legislativas, para escolher metade dos 40 membros do Conselho Nacional Federal. Apenas um reduzido número de habitantes foi autorizado a votar e, ainda assim, selecionados pelos governantes.

Destarte, frequentemente os países que possuem abundantes reservas petrolíferas ou minerais obtêm as suas receitas a partir de recursos que estão concentrados em termos de propriedade, ou seja, são propriedade do próprio Estado. Isto desestimula o investimento noutros setores econômicos por parte do próprio Estado, mas também por parte dos cidadãos, impedindo assim o aparecimento de pequenos ou médios empresários, capazes de gerar emprego e, conseqüentemente de uma sociedade civil forte.

Esta situação está geralmente associada a regimes políticos ditatoriais, à falta de transparência na gestão das receitas, a uma imprensa incipiente ou amordaçada, o que facilita o desvio de grande parte das receitas geradas por aqueles recursos para as contas bancárias de dirigentes corruptos ou para alimentar conflitos armados.

A respeito disso, Thomas I. Palley, do Open Society Institute, escreveu *“Quando as companhias petrolíferas e mineiras deixam de publicar o que pagam aos governos, torna-se mais fácil aos funcionários governamentais roubarem e é mais difícil para os cidadãos responsabilizá-los pelos seus roubos”*. O autor defende a promulgação de legislação que obrigue as companhias petrolíferas e mineiras a divulgarem os valores que pagam aos governos dos países onde operam, a bem de uma maior transparência e no intuito de combater a corrupção. Muitas empresas, nomeadamente as petrolíferas norte-americanas, têm oferecido resistência a esta ideia, alegando que a corrupção é um problema interno de cada governo.

Os países ricos e industrializados necessitam desesperadamente de matérias-primas como o gás e o petróleo para manterem o seu próprio nível de desenvolvimento. Isto facilita muitas vezes o pagamento de “gasosa”<sup>28</sup> a funcionários corruptos e o apoiar regimes ditatoriais – quando não envolvendo-se mesmo nas guerras civis – para garantir que possam continuar a extrair as matérias-primas de que necessitam.

As elevadas receitas que derivam da exportação destas matérias-primas levam os governos, mesmo os não corruptos, a tomar decisões erradas em matéria econômica, a negligenciar setores vitais como a agricultura. Havendo dinheiro, é fácil importar provimentos e reduzir sua

---

<sup>28</sup> Este termo em Angola se refere a suborno ou corrupção. Ex: *“o senhor só poderá seguir sua viagem se deixar uma gasosa!”*.

autossuficiência. Por outro lado, as elevadas receitas permitem que os cidadãos paguem pouco ou nenhum imposto, acabando por se desinteressar de saber como é que o governo gasta o dinheiro que recebe.

Acrescente-se que, os países ricos em matérias-primas “esquecem-se” de traçar planos estratégicos e objetivos de desenvolvimento a longo prazo, o que os leva a investir menos na educação das suas populações.

Nesse contexto, os males procedentes do paradoxo da abundância surgem de modo incontestável, conformam a condição de que possuir e explorar recursos naturais pode ser mais prejudicial que favorável. Entretanto, esses males se manifestam particularmente em países onde o Estado é fraco, sem democracia e com uma economia pouco diversificada, fatos que refletem diretamente no contexto socioeconômico.

Em Angola, durante a pesquisa, ficou evidenciado que o pagamento de “gasosas” é entendido como uma banalidade. As abordagens são feitas naturalmente como uma rotina comum que se inicia desde o desembarque no aeroporto, até o acesso a prédios, parques e locais de visita pública, passando pelos diversos bloqueios policiais espalhados pelos recônditos daquele país. A maioria dos policiais, após realizarem uma demorada vistoria no veículo e documentos disponíveis (inclusive passaportes), quase sempre se reportam ao motorista dizendo que o carro só poderá seguir viagem mediante o pagamento da famigerada “gasosa”.

Essa experiência demonstra um pouco da banalização resultante da corrupção que pode estar associada à aceitação dos efeitos da maldição. Contudo, parece que os compradores dos recursos naturais não se preocupam com isso. Na realidade parecem ter interesse em reforçar essa e outras vulgarizações.

Neste cenário, a pesquisa também identificou que parece existir conivência entre as companhias multinacionais presentes em Angola para não fornecer dados relativos à extração e produção de petróleo, quiçá sobre a mão de obra utilizada para este fim. Talvez temerosas de que a publicidade negativa sobre corrupção possivelmente surgida das informações, bem como da constatação da presente injustiça social e violações dos direitos humanos, possam pôr em risco seus investimentos.

Alguns casos, no mundo, contrariam a associação da posse de recursos naturais à decadência sociopolítico-econômica do país que o detém, como é o caso exemplar da Noruega.

Esse país que iniciou a extração de petróleo na década de 1970, é apontado como um caso de êxito na canalização dos recursos petrolíferos para construir uma das sociedades mais ricas e mais igualitárias do mundo. Um dos êxitos da Noruega consiste no fundo petrolífero: capitalizar uma parte das receitas do petróleo para as gerações futuras e, graças ao seu modelo institucional, a Noruega faz uma distinção clara entre as diferentes posições na gestão do setor petrolífero: funções políticas, comerciais e de regulação estão separadas, no intuito de favorecer a transparência.

“Ainda na década de 1980, a Noruega colocou a sua experiência no setor petrolífero a serviço de outras nações ricas em petróleo, tendo atualmente programas de ajuda em mais de 20 países. A prioridade destes programas é estabelecer uma separação clara e transparente entre os diferentes polos institucionais, à semelhança do próprio modelo norueguês”. (*Revista Eletrônica Além-mar – julho de 2007*).

O Timor Leste é a nação mais jovem no mundo, tornou-se independente somente a partir de maio de 2002. É também uma das nações mais pobres do mundo e, o que é pior, está ficando mais pobre de acordo com um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD 2004).

Aproximadamente 40% da sua população vive abaixo do limiar de pobreza, meio milhão de habitantes não têm acesso à água potável segura. O PIB per capita é de 800 dólares norte-americanos e a taxa de desemprego é estimada em 50%, atingindo 20% só nas áreas urbanas. A taxa de mortalidade infantil é 90/1000 natos-vivos e muito poucos bebês são vacinados. (PNUD 2004).

Todavia, o Timor Leste tem petróleo e vastos campos de gás com muito potencial. Em janeiro de 2006, o país assinou com a Austrália um tratado que permite que os dois países partilhem bilhões de dólares de receitas daquelas matérias-primas: fontes do governo em Díli afirmaram então que Timor poderia ganhar até 10 bilhões de dólares com este negócio. Entretanto, os preços do petróleo subiram e os peritos falam em

aproximadamente em 25 bilhões em receitas do petróleo nos próximos 25 a 30 anos, segundo o instituto *La'o Hamutuk*<sup>29</sup>.



Figura 14 – Mapa do continente africano com destaque ao país do Chade. Disponível em: <<http://www.guiageografico.com/africa-mapa-continente.htm>> adaptado pelo autor.

No entanto, em março de 2004, Charles Scheiner, investigador do La’o Hamutuk, escreveu:

A maior parte das vezes, o desenvolvimento petrolífero não beneficia a maioria das pessoas do país, em especial onde não há um governo sólido, com tradições fortes de serviço público profissional, de sensibilidade perante os eleitores e de responsabilidade dos funcionários. .(REVISTA ELETRÔNICA ALÉM-MAR, julho de 2007).

O investigador considera ainda que o Timor Leste pode *aprender com os fracassos e os êxitos noutros países*, e com isso, evitar tornar o seu recurso

<sup>29</sup> Instituto para a monitoração e análise da reconstrução de Timor Leste. La'o Hamutuk, "*Caminhando Juntos*", em português, é uma organização que monitora, análises e relatórios sobre as principais instituições internacionais presentes no Timor-Leste, como eles se relacionam com o desenvolvimento físico, econômico e social do país.

natural numa maldição. Para ele, “transparência” e “responsabilidade” são as duas palavras-chave, escrevendo que:

As leis que exigem a divulgação pública de recursos e rendimentos dos funcionários públicos, assim como os rendimentos e os pagamentos do petróleo e do gás, devem ser postas em prática. (REVISTA ELETRÔNICA ALÉM-MAR, julho de 2007).

Neste contexto, pode-se supor que a cobiça dos países ricos consumidores pelos fartos recursos dos países assolados pela maldição seja um fator que provoque a ocultação dos dados referentes aos negócios ligados aos recursos naturais.

Diante do que foi exposto e com base nas observações realizadas na pesquisa, surgiram sinais de implicações dos males do paradoxo da abundância em Angola. Contudo, de acordo com relatos, informações e dados obtidos durante a pesquisa, existe também uma forte tendência do projeto Angola-Brasil oferecer oportunidade de se revelar como um instrumento de amortecimento de algumas mazelas originadas por esse paradoxo.

Um exemplo desta afirmação se expõe no depoimento de Carlo Salembé, e no de muitos outros angolanos, formadores e alunos, quando indagados a respeito da importância dos centros de formação e dos cursos técnicos profissionalizantes oferecidos em seu país. Salembé, aluno recém-formado em Topografia, no centro de formação profissional de Huambo, responde, em entrevista, a respeito das perspectivas do curso técnico realizado:

A oportunidade que me foi dada, está a ser para mim a maior que tive em minha vida. O ramo de construção civil em Angola é um dos setores que mais emprega aqui em Huambo. Com esse curso estou pronto para trabalhar como profissional capacitado e conquistar um espaço entre os muitos estrangeiros que hoje ocupam a maioria das vagas em topografia, pois aqui não existia esse curso e todos os profissionais do setor vêm de outros países. Os angolanos que atuam nessa profissão não passam de auxiliares a carregar os instrumentos e ferramentas, fazendo serviço pesado, mal pago e que não exige qualificação. Quero crescer e ajudar meu país e meu povo a se desenvolver. Estou muito feliz por ter conseguido chegar aqui, darei o máximo de mim e não vou parar aqui, quero continuar a aprender outros saberes e estar a estimular meus irmãos angolanos a fazer o mesmo. (ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR em julho de 2010).

Entre outros depoimentos semelhantes, baseados na esperança de uma vida melhor a partir da capacitação profissional e consequente inserção no mundo do trabalho, angolanos entrevistados que participam ou conhecem o projeto Angola-Brasil, mostram-se confiantes quando indagados a respeito das ações e resultados, bem como, sua associação com a possibilidade de reduzir as implicações da maldição dos recursos naturais. Os testemunhos a seguir podem comprovar essa afirmação.

Minhas expectativas são grandes, pois as chances de conseguir um emprego na área de formação é muito promissora, eu e minha família estamos a ficar muitos esperançosos, quero ter um bom emprego, uma vida mais digna, poder servir de exemplo para meus filhos, mostrando que *a bucar*<sup>30</sup> podemos viver com altivez, independentemente dos comandos governistas. (MANOEL NGONGA – *Província de Malanje*).

O maior contributo dos centros de formação dentro do meu entendimento é o de permitir nosso povo a competir igualmente com os estrangeiros que por aqui chegam. Se profissionalizar significa que portas estão a ser abertas, trazendo maior qualidade de vida e decência para viver. Com bom emprego estamos a ficar menos preciso dos políticos a fazer *cabritismo*<sup>31</sup> no governo esquecendo do povo a passar por penúrias sem ter com quem contar. (IVO EKUMBI – *Província de Huambo*).

Caro *camba brazuca*<sup>32</sup>, pode ter certeza que nosso povo está a superar todos esses males por ti indagado, já passamos por muito sofrimento e estamos a lutar. Nenhuma maldição pode estar a vencer nossa garra. Cantando:<sup>33</sup> *Mwangolé não se deixaão vacila a hora é essa; Dá-me a tua mão. Para junto comigo bombar; Nossa Angola juntos levantar; Angola, do meu coração*". (ERNESTO PAKISI – *Província de Benguela*)

É importante destacar que a discussão histórica, em teoria, sobre a maldição dos recursos naturais ressalta a diversificação da economia como alternativa de mitigação de seus efeitos nocivos. Contudo esse aspecto não foi prioritariamente analisado em função do escopo da pesquisa, que considerou mais intensamente as ações do projeto Angola-Brasil, seus

---

<sup>30</sup> Bucar: estudar; ler; bookar. TEIXEIRA, 2009.

<sup>31</sup> Cabritismo: Diz-se do uso do cargo político para obter regalias. (Referência ao antigo ditado: "o cabrito come onde está amarrado").

<sup>32</sup> Camba brazuca – amigo brasileiro (gíria angolana).

<sup>33</sup> Trecho da canção *Angola (País novo)*, considerada por muitos angolanos como hino de declaração de amor e esperança para o país pós-guerra. Letra e música de Matias Damásio, compositor angolano.

impactos e sua potencialidade de se converter num instrumento de atenuação dos males oriundos da maldição posta em debate.

Importante também é a relativização do papel dos centros de formação profissional implantados em Angola no projeto estudado, seu impacto, bem como, sua relação com as consequências da maldição. Não há possibilidade de o projeto, por si só, ser instrumento suficientemente capaz de combater os malefícios resultantes da má utilização dos recursos oriundos das riquezas.

Contudo, baseado principalmente nos resultados da pesquisa, pode ser possível atribuir uma considerável parcela de conquistas socioeconômicas por parte dos angolanos atingidos pelas ações decorrentes do projeto. Isso permite, então, uma análise associativa, que vai de encontro às mazelas derivadas da maldição e dá uma chancela prodigiosa de contribuição contra os efeitos negativos citados.

Nesse contexto, cabe também salientar que a sistematização do projeto visa primeiramente capacitar os alunos, com objetivo de integrá-los à sociedade, através da profissionalização. A partir dessa crítica, a diversificação da mão de obra por meio da especialização avançada permite apurar cada vez mais a competição dos angolanos e sua inserção no mercado nacional, atualmente ocupado intensamente por estrangeiros. Tal situação permite, então, ampliar as possibilidades da qualidade de vida e de participação social efetiva, fatores claramente antagônicos aos efeitos da maldição.

Na pesquisa, essa percepção tomou dimensão substancial na medida em que a profissionalização praticada nos centros de formação era unanimemente apontada como possível meio de melhoria das condições socioeconômicas, uma vez que permitia, aos técnicos angolanos formados, competir de igual para igual com os estrangeiros, possibilitando seu empoderamento.

Diante disso, o capítulo a seguir trata das análises e percepções realizadas a partir do objeto de estudo em pesquisa de campo, através da investigação presencial em Angola, com intuito de diagnosticar se as mazelas atreladas à fartura de recursos naturais se convertem em realidade

naquele país, ou seja, se Angola pode ser vítima da dita maldição dos recursos naturais?

Com efeito, será discutida também a possibilidade de o projeto Angola-Brasil ser um agente capaz de auxiliar na suavização dos efeitos do paradoxo da abundância com base nas reflexões e pressupostos percebidos na pesquisa, aliados ao conteúdo fornecido pelo suporte teórico no qual o trabalho se alicerça.

Para tal, serão apresentados dados estatísticos relativos à execução do projeto, bem como, das ações e reflexos causados entre os agentes envolvidos no processo, objetivando reunir argumentos suficientes para comprovar que essa maldição pode ser convertida em bênção, ou ainda se esse mal não é passível de cura ou mesmo suavização.

Nessa perspectiva, o capítulo seguinte traz então, em sua essência, a síntese dos relatos e documentos recolhidos na pesquisa. Tem por intenção analisar de forma sistemática, as informações primárias e secundárias, presentes nos apontamentos que instruem a investigação proposta.

No desdobramento serão apresentados aspectos julgados importantes para essa análise sobre as províncias onde foram implantados os centros, buscando inferir os impactos dessa implantação.

O capítulo seguinte discute ainda a importância de programas para capacitação e profissionalização de técnicos especializados em países detentores de recursos naturais em busca de autonomia, citando, para apreciação comparativa, o caso da Petrobrás, no Brasil.

#### **4: O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AS PROVÍNCIAS ONDE OS CENTROS FORAM IMPLANTADOS EM ANGOLA.**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense iniciou sua história em 23 de setembro de 1909, quando o então presidente da República do Brasil, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices com a finalidade de educar e proporcionar oportunidades de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas.

A ideia inicial era de implantar as escolas nas capitais dos Estados, cidades com maior capacidade de absorção de mão de obra, destino certo daqueles que buscavam novas alternativas de emprego nos espaços urbanos. Contudo, excepcionalmente no Estado do Rio de Janeiro, a escola não foi instalada na capital e sim na cidade de Campos. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em funcionamento, sendo a nona a ser criada no Brasil.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se cada vez mais importante a formação de profissionais para suprir as demandas do mercado e, doze anos, depois as Escolas de Aprendizes e Artífices de nível primário são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, equiparando-se às de ensino médio e secundário.

Em meados da década de 1960, são inauguradas as novas instalações da então Escola Técnica Federal de Campos, com características de

formação profissional voltada, principalmente, para atender o setor industrial.

Em 1974, a Escola passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e põe fim às antigas oficinas. Nesse ano, a Petrobrás anuncia a descoberta de campos de petróleo no litoral norte do estado, notícia que mudaria os rumos da região e influenciaria diretamente na história da instituição. A Escola Técnica Federal de Campos passa a ser uma das principais formadoras de mão de obra para as empresas que operam na bacia de Campos.

No começo da década de 1990, as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Atualmente, o Instituto Federal Fluminense possui, em sua constituição, 7 campi, 1 unidade de pesquisa ambiental e um núcleo avançado, localizados em diversas cidades do norte e noroeste fluminense.

O histórico apresentado permite atribuir à instituição um caráter singular e evolutivo na formação profissional técnica dentro da análise local, uma vez que revela uma filosofia educacional revestida de desdobramentos vinculados à formação de mão de obra orientada para atuar nos setores produtivos baseados na configuração do desenvolvimento regional.

Ainda no início da implantação da então Escola de Aprendizizes e Artífices convém destacar que o Brasil possuía uma produção nacional essencialmente agrícola, sem o uso de técnicas mais elaboradas. Além disso, sua indústria ainda era muito incipiente, baseada no artesanato e na manufatura.

Sendo assim, "formar para o trabalho", slogan da escola, já se traduzia na intenção do papel da escola que, nesse período, formava mão de obra para atender a essa realidade, com cinco cursos que denotavam sua vocação profissional: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se cada vez mais importante a formação de profissionais para suprir as demandas do mercado e, em meados da década de 60, novos cursos são criados na então Escola Técnica Federal de Campos: edificações, eletrotécnica e mecânica de máquinas, cursos orientados a atender principalmente ao setor fabril que se

apresentava promissor na escala regional. Nessa ótica, a partir dos anos 1970, a Escola Técnica passa a oferecer também o curso de química, um curso técnico voltado para a agroindústria sucroalcooleira, uma das bases da economia da cidade de Campos.

Daí para frente à conjuntura regional muda seu rumo com a descoberta de campos de petróleo no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, demandando, já no começo da década de 80, mão de obra especializada para atuar na exploração e produção de petróleo. Essa necessidade de aperfeiçoamento da força de trabalho local é atendida densamente pela então Escola Técnica Federal de Campos. Segundo Piquet, (2004):

Em inícios de 1980 a Petrobras começa a oferecer empregos nas plataformas, através de concursos. Naquela época a Escola Técnica Federal de Campos (hoje, CEFET-Campos) já formava 400 técnicos por ano pois, ao longo do século XX, uma sólida estrutura educacional e de formação profissional é constituída, centrada na cidade de Campos dos Goytacazes. (PIQUET, Rosélia. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico – p. 29*).

Torna-se mister ressaltar que os convênios estabelecidos entre as instituições responsáveis pela enorme expansão do mercado de trabalho que se afigurava, se revestiam de fundamental importância na formação dos futuros profissionais que iriam atuar nesse nicho de negócio. Na medida em que as exigências tecnológicas iam se revelando, em função da necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de extração e produção de petróleo, tornava-se imperativo, cada vez mais, a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias e profissionais capazes de operar as técnicas então desenvolvidas para atender a essas exigências. Surgiu, em virtude disso, o estabelecimento de parcerias que fossem capazes de atender à demanda tecnológica exigida.

Nessa perspectiva, diversos convênios entre o setor acadêmico e o produtivo foram estabelecidos com objetivo de promover a qualificação profissional, destacando-se, para efeito de análise nesse trabalho, as parcerias entre a Petrobras e instituições de ensino, em busca de autonomia tecnológica e construção de conhecimento.

Com efeito, destaca-se o papel do projeto denominado *Universidade Petrobras*, em parceria com o Instituto Federal Fluminense. O convênio com o Instituto tem como objetivo precípua, auxiliar a formação dos alunos dos cursos técnicos oferecidos pelo Instituto, estimulando o desempenho, reduzindo a evasão escolar, despertando o interesse de mão de obra técnica para o setor de petróleo, gás, energia e bicombustíveis. Isso é obtido com a aplicação dos recursos provenientes dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento previstos nos contratos de concessão do projeto, que discutiremos a seguir.

#### 4.1 AS RELAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE COM A PETROBRAS NO BRASIL.

A Universidade Petrobras é o principal órgão da empresa para treinamento e desenvolvimento dos talentos e competências necessárias de seu pessoal. Todos os dias, cerca de mil pessoas estão sendo treinadas pela universidade, que possui três campi: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A filosofia é de educação continuada -os profissionais acompanham tecnologias de ponta e qualquer funcionário de nível superior passa por curso de formação de 6 meses para entender a atividade petrolífera. Essas ações promovem a capacitação profissional constante e permitem alcançar autonomia tecnológica, pois a pesquisa é fortemente incentivada dentro do escopo do projeto. Tais ações são elementos que contribuem intensamente para a diversificação da cadeia produtiva, fomentando a agregação de conhecimento e, por conseguinte domínio tecnológico. São esses fatores que vão influenciar diretamente o setor econômico do país.

A relação da Universidade Petrobras e o Instituto Federal Fluminense, de acordo com o que está previsto nos documentos que fundamentam a parceria, visa:

<sup>34</sup>Promover o fortalecimento e consolidação de programas de formação de nível técnico de diversos cursos oferecidos pela instituição de ensino; Desenvolver capacitação em novas

---

<sup>34</sup> Fundação PRO-IFF. Disponível em: [http://pro-iff.org.br/system/attachments/105/original/Relat%C3%B3rio\\_Atividades\\_2010.pdf?1373465888](http://pro-iff.org.br/system/attachments/105/original/Relat%C3%B3rio_Atividades_2010.pdf?1373465888)

atividades da Companhia; Promover a disponibilidade do conhecimento necessário às estratégias da Companhia; Garantir a capacidade de atração, retenção e mobilidade de talentos.; E Fortalecer a cultura de responsabilidade social e ambiental.

É importante destacar que, dos 38 Institutos Federais existentes no Brasil, somente o IF Fluminense e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte fazem parte do convênio. Os alunos participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 350,00. Durante o período de vigência da bolsa, o estudante deve ter frequência mensal e desenvolver trabalhos relacionados à área de petróleo, gás, energia e biocombustível nos laboratórios do Instituto Federal Fluminense.

Também é objetivo do convênio aprimorar a formação profissional, permitindo que os futuros profissionais saiam da instituição mais bem preparados para o mundo do trabalho, pois a bolsa fornecida ao estudante reduz a evasão escolar, evitando que ele trabalhe durante o curso e acabe diminuindo seu tempo de dedicação aos estudos.

Em análise recorrente, nota-se que convênios deste tipo integram empresa e escola são colaboradoras para aumentar o êxito e a qualidade do ensino proposto e contribuem para expandir a pesquisa e o domínio tecnológico, na medida em que estimulam os alunos a permanecerem mais tempo nos laboratórios envolvidos com experimentos e pesquisas tecnológicas.

É nessa experiência exitosa que a equipe do Instituto Federal Fluminense, encarregada de instalar os centros de formação profissional em Angola, tem-se baseado.

A seguir são apresentadas as províncias em Angola, onde os centros profissionais foram implantados, com objetivo de oferecer uma visão mais clara sobre a realidade observada.

#### 4.2 CONHECENDO AS PROVÍNCIAS ONDE OS CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL FORAM IMPLANTADOS.

Conforme apresentado no capítulo 1, o projeto Angola-Brasil possui, em seus fundamentos legais, o encargo de implantar 05(cinco) centros de Formação Profissional em Angola, nas áreas de construção civil e indústria,

com sedes estrategicamente implantadas na capital de Angola, Luanda, e nas províncias de Benguela, Malange, Huambo e Zaire, onde, até o presente momento somente o Zaire não se encontra em funcionamento e portanto será omitido para fins de estudo analítico.

Diante do proposto, se faz necessário apresentar algumas características importantes relativas a essas províncias, com intuito de apontar os possíveis impactos oriundos da implantação dos centros de formação profissionais e suas influências no enfrentamento quanto ao mal dos recursos naturais.

Convém destacar que países como Angola apresentam dados macroeconômicos atrativos para a economia mundial, com crescimento contínuo de seu PIB e de segmentos da economia que interessam ao sistema capitalista atual. Inserem-se na economia globalizada, motivados principalmente pela abundância de fontes de energia primária tão essenciais, e cobiçados pelas grandes potências internacionais.

O país, que literalmente nada em petróleo, apresentou uma expansão de 23% no PIB no ano passado, e calcula-se que haverá duplicação até 2011, passando dos atuais US\$ 53 bilhões para mais de US\$ 100 bilhões. (MAWAKDIYE, 2008).

Para as empresas brasileiras, Angola já representa para a Odebrecht, por exemplo, um faturamento anual de US\$ 900 milhões, advindos de setores como estradas, portos, diamantes e mercado imobiliário. A empresa ergueu o primeiro *shopping center* do país, localizado na capital, Luanda.

A mineração e o petróleo são outras duas áreas hoje com forte presença brasileira. Especializada na exploração petrolífera em águas profundas, a Petrobras está desenvolvendo projetos em Angola desde o final da década de 1990. Os investimentos da empresa ultrapassaram US\$ 2 bilhões e, até 2012, será mais US\$ 1,4 bilhão em todo continente africano. (MAWAKDIYE, 2008).

Apresentam-se, no quadro a seguir, informações importantes sobre Angola, com objetivo de enriquecer a análise proposta sobre as províncias citadas:

Província	Capital	Área (Km <sup>2</sup> )	População atual das províncias (estimada).
<i>Luanda</i>	<i>Luanda</i>	<i>2.418</i>	<i>6.000.000</i>
<i>Huambo</i>	<i>Huambo</i>	<i>34.274</i>	<i>2.075.000</i>
<i>Benguela</i>	<i>Benguela</i>	<i>31.788</i>	<i>2.110.000</i>
<i>Malanje</i>	<i>Malanje</i>	<i>97.602</i>	<i>700.000</i>
<i>Zaire</i>	<i>M'banza-Kongo</i>	<i>40.130</i>	<i>313.000</i>

Disponível em: <<http://www.citypopulation.de/Angola.html>> - Acessado em 25/03/2011

#### 4.2.1 Luanda.

A capital Luanda é a província onde existe maior concentração populacional, contudo é a que possui menor extensão territorial. Sua população aproximada é de 6 milhões habitantes. Trata-se da maior cidade de Angola.

<sup>35</sup>Luanda é também a província mais industrializada de Angola, com o maior crescimento econômico.

O centro da cidade sofre constantes transformações e [arranha-céus](#) sofisticados contrastam com os [musseques](#) dos arredores da cidade.

Apesar de ser um dos países mais pobres do mundo, ninguém se surpreende com veículos top de linha que circulam em Luanda: dos Porsche, Mercedes e BMW, aos novíssimos Hummer e jipes japoneses, importados diretamente de Dubai por aproximadamente 150 mil dólares. (*ver anexo 2*).

<sup>36</sup>Por força do afluxo de capitais decorrente das vendas de petróleo e diamantes, Luanda tornou-se uma cidade extremamente cara - no nível das mais dispendiosas do mundo - onde não é possível comer num restaurante por menos de 50 dólares por pessoa, mesmo se o estabelecimento for tipicamente angolano.

Na cidade, milhares de desempregados encontram na venda ambulante uma solução para os seus problemas de sobrevivência. Estão, em sua maioria, a serviço de comerciantes libaneses, indianos e chineses, que os abastecem a

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>>. Acessado em 09/04/2010.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>>. Acessado em 10/04/2010.

partir dos seus armazéns. Tudo se vende e tudo se compra nas ruas de Luanda: de cabides de plástico até peças e acessórios para automóveis importados. (*ver anexos 3,4 e 5*).

#### **4.2.2 Huambo.**

A cidade de Huambo é essencialmente voltada para a área de extrativismo mineral e agropecuária, que representa 76% da atividade econômica da província, enquanto que a área industrial ainda tenta se recuperar após a Guerra Civil.

<sup>37</sup>As principais produções de agropecuária são: cítricos, batata inglesa, batata-doce, arroz, feijão, trigo, hortaliças diversas, gado, caprino, suíno e ovino.

Na área de mineração existem: manganês, diamante, volfrâmio, ferro, ouro, prata, cobre, urânio, entre outros.

Huambo possui indústria metal-mecânica, química, materiais de construção, têxtil, confecções, couro e calçado, alimentar, de bebidas e tabaco, madeira e mobiliário. Entretanto, nem todos os setores estão funcionando com plena capacidade. A província luta para voltar a ter o segundo maior parque industrial do país, caso toda a sua capacidade industrial possa ser utilizada como foi no passado, antes da guerra.

Por ela passa o extenso caminho de ferro de Benguela, vindo do litoral (Porto de Lobito) e indo até à fronteira com a República Democrática do Congo. Antes da independência nacional, esta era a via preferida para o escoamento dos minérios e mercadorias vindas do Congo e Zâmbia.

Nas suas extensas florestas abundam predominantemente árvores de médio porte, que alimentam a indústria da madeira e derivados, grande plantação de árvores xerófilas, com relevo para o eucalipto. Ao longo dos caminhos de ferro, em mais de mil quilômetros de extensão, predominam os perímetros florestais de cedro e pinheiro, flores de rara beleza, plantas comestíveis, medicamentosas e de adorno, assim como frutos silvestres apreciados pelas populações locais. Por suas características, a província do

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>> Acessado em 10/04/2010.

Huambo pretende voltar a ser a principal produtora e exportadora de batata e milho do país.

#### **4.2.3 Benguela.**

A província de Benguela está localizada a 692 km da capital Luanda.<sup>38</sup>Sua economia é composta pela atividade agropecuária: Sisal, algodão, açúcar, café, bananas, feijão, e horticultura são as produções vegetais. Já a produção animal é baseada na carne de porco e bovina, além de leite e seus derivados. Para o interior da província estimula-se a reabilitação de alguns sistemas de irrigação beneficiando agricultores em pelo menos 6 municípios do interior, com distribuição de insumos agrícolas, de forma a auxiliar e capacitar os agricultores na produção.

Em Benguela existe extração mineral de: tungstênio, grafite, cobre, salgema, enxofre, manganês, chumbo, zinco, fosfatos, volfrâmio, estanho, molibdênio, fluorite, gesso, diatomite, calcário-dolomite, alabastro, pedras semi-preciosas e fontes de águas minerais.

Nessa província destaca-se o Porto de Lobito, que conta hoje com equipamentos e infraestrutura moderna. O comércio na província se beneficia da localização do porto marítimo na cidade, com influência no comércio do interior do país, situação de privilégio por estar à beira do ponto do eixo que liga o sul e outros pontos do país, e ainda é a principal entrada de mercadorias do sul.

Benguela conta ainda com 3 aeroportos principais: em Benguela, Catumbela e Lobito, com maior destaque para o da Catumbela, concebido para receber aeronaves de grande porte. Possui ainda indústrias de metalurgia, refino de petróleo, materiais de construção, têxtil e produtos alimentares.

#### **4.2.4: Malanje.**

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>>. Acessado em 15/04/2010.

<sup>39</sup>A palavra Malanje vem do contexto kimbundu antigo, e significa "as pedras" (MA-LANJI). Esta província possui um clima tropical de altitude. Seus principais produtos agrícolas são: algodão, mandioca, amendoim, feijão, milho, girassol, arroz e sisal. Detém recursos pecuários consideráveis, particularmente bovinos, caprinos, suínos e aves. Seu subsolo é muito rico em minérios, particularmente o cobre, e minérios radioativos (urânio em grande quantidade). Os diamantes são também uma riqueza natural na província e provavelmente seu nome se originou a partir da abundância desse rico recurso natural.

Malanje tem uma faculdade de Medicina (é a primeira da província e fica localizada na capital), que surgiu como extensão da Universidade de Lueje, que está sediada no Dundo. Malanje abriga também o Instituto Médio Agrário, denominado Instituto Médio Agrário de Malanje (IMAM).

A província é conhecida principalmente por possuir as grandes [Palancas Negras](#), animais símbolo de Angola, no [Parque Nacional de Cangandala](#). Outros pontos importantes de Malanje são as famosas Pedras Gigantes de [Pungo Andongo](#) e as [Quedas do Kalandula](#), considerada a segunda queda d'água maior de toda a [África](#).

#### **4.2.5: Zaire.**

A província do Zaire é a única cujo centro de formação profissional não foi implantado dentro do planejamento concebido pelo projeto Angola-Brasil.

Em 2005, a província produziu 15.000 barris de petróleo por dia, perto do [Soyo](#). Tem prevista a construção de uma fábrica de gás liquefeito.

<sup>40</sup>A economia do Zaire baseia-se na cultura agrícola: mandioca, café, cítricos, amendoim, batatas, castanhas de caju, banana, massambala<sup>41</sup>, óleo de palma e óleo de rícino. Vale salientar que a produção de café vem caindo significativamente a partir do momento em Angola tornou-se independente de

---

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>>. Acessado em 05/05/2010.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/>>. Acessado em 06/05/2010.

<sup>41</sup> Espécie de sorgo angolano, gramínea originária da África, de aspecto parecido com o do milho, cujo fruto é utilizado na alimentação sob a forma de farinha, e de que se extrai uma bebida alcoólica conhecida pela designação de Macau.

Portugal. Possui também extração mineral de petróleo, ferro, zinco, asfalto e fósforo.

A partir de 2009, a população vem crescendo significativamente na região, visto que, com o fim da guerra civil angolana, muitos angolanos que estavam refugiados na República Democrática do Congo estão voltando para casa.

A vegetação do Zaire é caracterizada por uma savana e floresta densa e úmida. Essa floresta possui madeiras de alto valor, entre as quais a mais conhecida é o pau-preto, madeira nobre muito utilizada por artesãos angolanos.

Observou-se, na pesquisa de campo, que essas províncias, onde os centros de formação profissional foram implantados pelo projeto, são regiões extremamente carentes de escolas formadoras de mão de obra profissionalizante, capazes de atender à demanda de mão de obra especializada, mesmo sendo possuidoras de ricos e fartos recursos naturais.

Essa análise remete à necessidade de avaliar a possibilidade destes centros implantados serem instrumentos capazes de, por meio da formação e capacitação profissional, minimizar os efeitos negativos advindos da fatura de recursos naturais, aspecto que será discutido no capítulo seguinte.

Cabe, antes disso, ressaltar que até o 1º semestre de 2011, cerca de <sup>42</sup>1500 alunos já haviam se formado nos centros profissionais do projeto Angola-Brasil, sendo que 85% dessa mão de obra já havia absorvida pelo mercado de trabalho naquele país, nas especialidades em que se formaram.

Tal fato, demonstra, em primeira análise, a carência para os setores profissionais e ao mesmo tempo, sinaliza a qualidade dos cursos aplicados, comprovados pela exigência internacional, uma vez que ficou evidenciado na pesquisa que grande parte das empresas que trabalham em Angola são estrangeiras, mostrando com isso a competitividade promovida pelos cursos profissionalizantes nos centros, bem como da importante contribuição na formação profissional técnica e conseqüente inserção no cenário do trabalho formal do país.

---

<sup>42</sup> Dados fornecidos pela coordenação do projeto Angola-Brasil em agosto de 2011.

## **5: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO DE ATENUAÇÃO DOS EFEITOS DA MALDIÇÃO.**

As províncias onde os centros de formação profissional do projeto Angola-Brasil foram implantados apresentam características congêneres, destacando-se as seguintes:

- *Abundância de fontes de energia primária;*
- *Aumento acelerado do PIB;*
- *Fatura de recursos naturais não-renováveis;*
- *Predominância no extrativismo mineral e na atividade agropecuária;*
- *Sinais evidentes de desequilíbrio econômico e social;*
- *Baixo nível de profissionalização técnica;*
- *Predominância de interesses internacionais;*
- *Altos índices de desemprego;*
- *Elevado número de trabalhadores informais (urbano e rural);*
- *Industrialização modesta.*

Tais características expressam reflexos dos efeitos do paradoxo da abundância, destacando-se: a baixa taxa de investimento nos setores não-extrativistas; a pouca diversificação da produção. Acrescente-se a malversação dos recursos públicos oriundos das receitas derivadas dos recursos naturais, o consumo perdulário de produtos importados, o que neutraliza os esforços de industrialização. Além desses fatores, a dependência à exportação de *commodities*, cujos preços internacionais apresentam intensa oscilação, gera

instabilidade macroeconômica interna causando o baixo investimento relativo em educação, ciência e tecnologia, que impede a construção de uma sociedade mais autônoma.

Esses fatores revelam-se como fortes indícios do mal dos recursos naturais e estão presentes, significativamente, em todas as províncias visitadas na pesquisa de campo onde os centros se encontram em funcionamento. No entanto, convém destacar que os impactos causados pela presença desses centros de formação profissional podem ser observados quando se analisa sua presença nas comunidades locais, onde se nota grande procura pelos cursos ofertados. Diversos angolanos buscam esses centros com a expectativa de se profissionalizarem e com isso conquistarem um espaço no mercado de trabalho.

Considerações acerca do papel da educação profissional são extremamente frequentes em Angola, sendo possível identificar que a educação de qualidade é considerada uma das principais metas a serem alcançadas pelo país. Para o professor angolano Domingos da Cruz (2008):

Não basta que os cidadãos de um país tenham acesso a educação, é necessário que esta educação seja de qualidade, porque é da qualidade da educação de hoje de que depende a qualidade da educação do devir, por isso, não basta estudar, é preciso estudar bem, e isto é miragem em Angola. (p.145).

A formação profissional é vista como capaz de impactar positivamente a empregabilidade, a competitividade e a verdadeira inclusão social. Deve ainda se adequar ao contexto regional, respondendo aos requerimentos e às tendências dos setores produtivos, visando com isso ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Além disso, a formação profissional deve estar comprometida com a qualificação permanente dos professores e formadores, bem como com a qualidade e flexibilidade dos métodos e técnicas de ensino, requisitos fundamentais para alcançar os objetivos de competência e as capacidades profissionais demandadas pelos sistemas produtivos.

Neste cenário, é válido destacar que, em entrevista à imprensa o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola, Pitra Neto, anunciou:

Mais de 70 por cento dos técnicos que frequentaram cursos de formação profissional, em todo o país, são absorvidos no mercado de trabalho. Em cem pessoas formadas numa escola profissional, 85 por cento consegue emprego no sector público ou no privado. "A média é boa" disse ele. (JORNAL DE ANGOLA – 30/03/2011).

O ministro defendeu maior ênfase na formação profissional nos países da *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* para combater o desemprego e a pobreza. "*Temos de estabelecer a troca de experiências para estarmos à altura dos desafios da formação e só assim vamos facilitar a inserção de cidadãos no mercado de trabalho*".

Pitra Neto ressaltou ainda a importância da formação profissional para a sustentabilidade dos processos de crescimento e desenvolvimento nacional.

A pesquisa *in loco* confirmou, por meio de documentos consultados nos centros de formação o percentual destacado pelo ministro.

Tais considerações são importantes, pois reforçam a possibilidade de que a formação profissional de qualidade possa vir a ser um elemento capaz de atenuar o mal dos efeitos do paradoxo.

Não obstante, a pesquisa de campo em Angola revelou fatores que podem contribuir negativamente para o efetivo êxito das ações propostas no projeto em análise. Uma vez que esses percalços comprometem profundamente o escopo do projeto, apresentamos a seguir suas principais características, com intuito avaliar seus impactos e estudar suas consequências.

## 5.1 OS PERCALÇOS IDENTIFICADOS.

A pesquisa revelou fatos que comprometem sobremaneira a concepção idealizada no projeto, os principais fatores antagônicos observados foram, em primeiro lugar, a burocracia implantada pelos mecanismos legais de Angola, que dificulta os procedimentos comuns à execução cronológica concebida pelo projeto. Provoca atraso na montagem dos laboratórios, por exigências durante

a importação dos instrumentos, equipamentos, materiais, além de dificuldades na entrada desses produtos ao chegarem à alfândega.

Observou-se, também, grande atraso no repasse das verbas estabelecidas em contrato, tanto para o pagamento das ações do projeto (viagens, material didático, diárias dos profissionais brasileiros e angolanos envolvidos), como nos salários dos formadores, que já se encontram lecionando nos centros em funcionamento, além do atraso na aquisição dos produtos fundamentais para equipagem dos laboratórios e oficinas.

Outro fator são as dificuldades provocadas por falta de continuidade na manutenção e reposição de ferramentas e materiais necessários à aplicação contínua nas aulas teóricas-práticas nos laboratórios.

Não existe um planejamento voltado à previsão de demanda para futuras turmas, bem como de crescimento de oferta de vagas, não atendendo ao percentual previsto no projeto (900 alunos por centro de formação profissional), devido principalmente a falta de recursos materiais e humanos, embora seja exponencialmente crescente a procura por parte dos angolanos.

Além disso, alguns formadores, enviados ao Brasil para exercício do aprendizado e das aplicações didático-pedagógicas concebidas no projeto, não são selecionados por seu conhecimento técnico-profissional, mas sim, por indicação, de cunho político ou apadrinhamento, de acordo com depoimentos dos agentes envolvidos no projeto.

Esses impedimentos foram fatores detectados no decorrer da pesquisa presencial, conforme se pode verificar no comentário do formador Manuel Sabono (nome fictício), entrevistado no centro de formação profissional em Cacuaco na capital Luanda:

Muitos formadores que foram ao Brasil comigo, não tinham nenhum conhecimento prévio exigido pelo projeto, foram somente a passeio, só por conhecer ou ser parente de algum político influente em Angola. Isso compromete as ações do projeto, pois esses formadores, ao regressarem, não atuam nos centros de formação e com isso afetam diretamente o desenrolar das aulas planejadas aqui em Angola. Outra dificuldade que temos é a falta de equipamentos e materiais para aulas práticas, além disso, nossos salários atrasam constantemente, inclusive estamos há três meses sem receber e isso é muito ruim para dar andamento ao projeto, mesmo pra mim que acredito estar fazendo algo nobre para o engrandecimento do meu país, pois boa parte dos

formadores vem de *Musseques*<sup>43</sup>, origem também da maioria dos alunos, que, por falta de dinheiro para transporte não chegam até os centros de formação. (*DEPOIMENTO CONCEDIDO EM JULHO DE 2010 – CACUACO / Luanda. Pesquisa de campo*).

Aliado a esses fatos negativos, foi observado ainda um fator extremamente comprometedor para o sucesso do projeto como instrumento de desenvolvimento do país através da educação profissional, qual seja, a contratação, por parte das multinacionais que atuam naquela nação, dos formadores habilitados no Brasil pelo projeto. São eles atraídos por melhores salários, em dólar, oferecidos por essas empresas que, sedentas de mão de obra local especializada e mais barata<sup>44</sup> que a importada e tão escassa no país em virtude da grande demanda de crescimento, buscam os formadores com propostas salariais muito acima da prevista como professores nos centros. Tal fato promove ainda mais a escassez de tutores especializados para a formação profissional resultando em diminuição da oferta de vagas nos cursos oferecidos. “*Será que Angola foi amaldiçoada por N’Zambi*<sup>45</sup>, *pelo sangue derramado dos muitos irmãos que morreram em guerras cruéis?*”, lamenta em depoimento, Manoel Licongo<sup>46</sup>, formador do centro de ensino técnico profissionalizante de Benguela.

## 5.2 UMA AVALIAÇÃO, AINDA QUE PRELIMINAR.

De tudo o que se tratou até aqui, pode-se inferir que a educação profissional técnica, mais que a mera qualificação profissional, se revela como instrumento irradiador de desenvolvimento local, na medida em que pode

---

<sup>43</sup> *Musseques* - significa lugar onde há somente areia, sem calçamento. São enormes favelas – parecidas com as brasileiras construídas às margens das ruas, com casas feitas em sua maioria, de pedaços de madeira. Este “mar de favelas” foi crescendo desordenadamente durante a guerra, quando a população do interior se refugiava na capital em meio aos conflitos.

<sup>44</sup> Esse caso exclui a China, considerando que existem alguns casos de utilização de mão de obra de presidiários. Todavia, a pesquisa não levantou o nível de qualificação desses profissionais por não se tratar do escopo do estudo, servindo esse importante aspecto de referência para futuras pesquisas.

<sup>45</sup> Nzambi (Zambi) ou Nzambi Mpungu (Zambiapongo) - O Deus supremo e Criador nos candomblés da Nação de Angola. Acima de tudo está Nzambi Mpungu (um dos seus títulos) Deus criador de todas as coisas.

<sup>46</sup> Nome fictício, em atenção ao pedido do entrevistado, a fim de preservar sua identidade.

promover a ação transformadora capaz de gerar as mudanças necessárias à construção de um desenvolvimento centrado na realidade regional.

Nessa perspectiva, os depoimentos a seguir coadunam com esse pensamento:

A outra via para terminar com esta injustiça social seria proporcionar igualdades de oportunidades aos angolanos, que passaria por uma melhoria do sistema de educação, uma melhor formação profissional, uma mais cuidada e atenta inserção no mercado de trabalho e incentivar o empreendedorismo local através de instrumentos financeiros específicos. É necessário que o Governo não tenha medo de formar cidadãos angolanos íntegros e com valores, somente, assim teremos uma sociedade melhor, com instituições mais transparentes, fomentado o respeito, a honestidade e o sentido do dever. (*PEDRO VAN-DÚNEM – Luanda Post – 14/04/2010*).

Urge que o país caminhe para a diversificação das suas actividades económicas, um processo que em Angola tem sido lento, porque faltam competências fulcrais ao país para promover esse processo, nomeadamente, recursos humanos qualificados, um sistema de educação de qualidade, um tecido empresarial competitivo e uma sociedade civil que estimule o empreendedorismo e a inovação. (*MIGUEL BLASCO – Luanda Post – 11/07/2010*).

No entanto, a criação de novos empregos está abaixo das expectativas dos cidadãos, porquanto vêem uma série de empresas estrangeiras a empregar mais mão de obra vinda de fora do que angolanos, principalmente no nível médio e superior. É um facto, que tem que haver um maior investimento na qualificação dos quadros angolanos e aumentar a formação técnico-profissional dos jovens a procura do primeiro emprego e no apoio de estágios nas empresas. (*CARLOS LOPES – Angola sempre – 13/06/2006*).

Nesse contexto, na corrida de obstáculos entre oferta e demanda por trabalhadores mais qualificados, a educação profissional desempenha papel central, pois, além de ser de prazo mais curto e permitir maior facilidade de conciliar trabalho e estudo, ela se volta mais diretamente às necessidades e nichos dos diferentes negócios.

Essa percepção pode apoiar efetivamente a probabilidade dos efeitos dos males do paradoxo serem amenizados, pois revelam suas mazelas e permitem o combate quanto às consequências.

## CONCLUSÕES

Em retrospectiva é possível elaborar uma avaliação dos resultados alcançados pela pesquisa, cuja essência foi a de analisar se por meio da educação profissional os efeitos do mal do paradoxo da abundância poderiam ser enfrentados. Cabe registrar que não havia a suposição de que esse seria o único problema a ser tratado por um país rico em recursos naturais, mas que tenha sua economia baseada exclusivamente na oferta desses recursos no mercado internacional, como é o caso de Angola.

Para que se atingisse a esse objetivo procedeu-se a análise do Projeto Angola-Brasil, onde o Instituto Federal Fluminense (IFF), foi o parceiro brasileiro responsável pela elaboração dos objetivos educacionais e da implantação dos centros de formação profissional em Angola do qual o autor faz parte.

No desenvolvimento da dissertação foram então apresentados aspectos relevantes de Angola, no sentido de conhecer melhor a realidade daquele país, assim como relatadas as principais características do IFF como instituição de ensino centenária na educação técnica, relacionando também seu papel no desenvolvimento regional, bem como, de sua parceria com a Petrobras no Brasil.

A metodologia aplicada na pesquisa baseou-se principalmente em coleta de informações sobre a realidade angolana e entrevistas em profundidade, realizadas em Luanda e com os envolvidos no Projeto, nas cidades que abrigam os centros de educação profissional. Um fator marcante da pesquisa de campo foram as dificuldades encontradas para captar a percepção dos angolanos, bem como, a resistência das empresas públicas e privadas do país em fornecer informações.

Estudos sobre o paradoxo da abundância em outros países se fizeram necessários para esclarecer a manifestação dos efeitos desse mal, conhecido também como “maldição dos recursos naturais”.

Durante as visitas às províncias onde os centros foram implantados, foi possível levantar informações centrais para a questão proposta no trabalho, verificou-se que as dificuldades e os percalços enfrentados serviram para o entendimento da realidade daquelas regiões, ajudando na compreensão da realidade observada na pesquisa. Deve-se ressaltar a importância da pesquisa *in loco* para essa finalidade.

Diante deste cenário, percebeu-se que muitos desafios foram e serão postos diante do desenvolvimento e aplicação do projeto. Contudo este trabalho não ambicionou dar conta em responder integralmente à complexa questão sobre os efeitos da abundância de recursos naturais no processo de desenvolvimento de um país. Acredita-se, contudo, que cumpriu o papel de enriquecer os estudos sobre o tema, contribuindo não só para futuros estudos semelhantes, como também quanto ao enfrentamento da questão identificada.

Concluiu-se que se não é possível mitigar os efeitos do mal dos recursos naturais a partir de ações de capacitação profissionalizante comprometida com princípios educativos que levam em conta preceitos socioculturais, econômicos e ambientais, poderemos pelo menos desvendá-la, entendê-la melhor, abrindo caminhos para desafiá-la e enfrentá-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS. **Plano Estratégico da ADRA: 2004/2008**. Luanda: ADRA, 2009.

ANGOLA. CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Disponível em: <[http://www.ccia.ebonet.net/economia\\_historial.html](http://www.ccia.ebonet.net/economia_historial.html)>. Acesso em 03/12/2010.

ANGOLA DIGITAL. Disponível em: <<http://www.angoladigital.net/negocios/index.php>>. Acesso em 18/01/2011.

ANGOLA NOTÍCIAS. Disponível em: <[http://www.angonoticias.com/full\\_headlines\\_.php?id=30374](http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=30374)>. Acesso em 02/03/2011.

ANGOLA SEMPRE. Disponível em: <<<http://angolasempre.blog.com>>>. Acesso em 11/09/2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade** 50. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. DECRETO N° 99.558, de 05 de outubro de 1990: Acordo de Cooperação Cultural e Científica, entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99558-5-outubro-1990-334951-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em setembro de 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Cooperação com Angola na área de ciência e tecnologia.** Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/09/17/bahia-discute-cooperacao-com-angola-na-area-de-ciencia-e-tecnologia>>. Acesso em 18/02/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 05/02/2011

CACUTO, Jorge Francisco. Angola pós-independente: implicações econômicas da herança colonial. **Economia & Pesquisa, Araçatuba-SP: Fundação Educacional Araçatuba, v. 3, n. 03, 2002.**

CAMEFORD, Michael. **O rosto pacífico de Angola, biografia de um processo de paz.** Luanda: CONARE, 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook: South Africa.** Disponível em:< <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acessado em 20/set/2007.

CITY POPULATION: POPULATION STATISTICS FOR COUNTRIES, ADMINISTRATIVE AREAS, CITIES AND AGGLOMERATIONS INTERACTIVE MAPS : CHARTS. Disponível em: <<http://www.citypopulation.de/Angola.html>>. Acesso em 23/07/2011

---

CORREIA, Adérito; SOUZA, Bornito. **Angola História Constitucional.** Coimbra, Pt: Almedina, 1996.

FERREIRA, Graça M.L. **Atlas geográfico: espaço mundial.** São Paulo: Moderna, 2003.

FITUNI, L.L. **Angola: Natureza, População, Economia, Progresso.** Luanda: Progresso, 1985.

GUIA GEOGRÁFICO: VIAGEM E TURISMO: Disponível em: <<http://www.guiageografico.com/africa-mapa-continente.htm>>. Acesso em 05/09/2011

INSTITUTO LAO HAMUTUK. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/>> Acesso em abril de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.iff.edu.br>>. Acesso em 15/07/2011

JORNAL BRASIL DE FATO. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/>>  
Acesso em 11/02/2011.

JORNAL DE ANGOLA. Disponível e:  
<[http://jornaldeangola.sapo.ao/18/0/censo\\_populacional\\_esta\\_em\\_preparacao](http://jornaldeangola.sapo.ao/18/0/censo_populacional_esta_em_preparacao)>  
Acesso em 05/02/2011.

LUANDA POTS. Disponível em: <<http://luanda-post.blogspot.com/search?q=forma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 11/09/2011.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas,1996.

MAWAKDIYE , Alberto. Parcerias e jeitinho em terras africanas. São Paulo Revista Problemas Brasileiros, nº 387 - mai/jun 2008. In: \_\_\_\_\_. BRANCO, Anselmo Lazaro, MENDONÇA, Claudio; LUCCI, Elian Alabin. **Geografia para todos: geografia para o ensino médio**. Disponível em:< <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl230>>, Acessado em Maio de 2011.

MENEZES, S.M. **Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: EDUSP / FAPESP 2000.

O APOSTOLADO: JORNAL DA ACTUALIDADE DA CONFERÊNCIA DE ANGOLA E SÃO TOMÉ (CEAST). Disponível: <<http://www.apostolado-angola.org/articleview.aspx?id=1847>>. Acessado em maio de 2011.

PALANQUE, Luis, Angola - Um País Fabuloso 2. ed. [S.]: LPE International, 1998.

PALLEY, Thomas I. **Review of Political Economy**. Disponível em < <http://ideas.repec.org/f/ppa636.html>>. Acessado em: maio de 2011.

PALLEY, Thomas. **Keynesian macroeconomics and the theory of economic growth: putting aggregate demand back into the picture**", em M. Setterfield: **The Economics of Demand-led Growth**. < <http://ideas.repec.org/f/ppa636.html>>. Acessado em: maio de 2011.

PAMBAZUCA NEWS. Disponível em <<http://www.pambazuka.org/pt/>>. Acessado em setembro 2009.

PEZELAT, Correia. **Descolonização de Angola**. Luanda: Ler e Escrever, 1991.

PANTOJA, Selma. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano**: 2005: Angola. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acessado em maio de 2011.

PEZELAT, Correia. **Descolonização de Angola**. Luanda: Ler e Escrever, 1991.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano**: 2004: Timor Leste. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acessado em maio de 2011.

QUINTUS: DEMOCRACIA DIRETA E PARTICIPATIVA, POLÍTICA, ESPAÇO, AGOSTINHO DA SILVA, QUIDS, CIÊNCIA, DEFESA, ECONOMIA, HOAXES. Disponível em: <<http://movv.org/2011/03/19/sobre-a-presenca-da-china-em-angola/>>. Acesso em 30/03/2011.

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Ano VI • Nº 9 • Janeiro de 2004 • Salvador, BA.

REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES - Ano I - n. 3 - Nov. 2008. Disponível em: <[www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com)> . Acessado em maio de 2011.

REVISTA ALÉM MAR, Revista Eletrônica: Visão missionária. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org>> . Acessado em novembro de 2010.

REVISTA ANGOLA HOJE. Brasil: Fundação Eduardo dos Santos – FESA, Rio de Janeiro, ano 1, nr. 3, jan./março, 2002.

SARAIVA, Jose Flavio Sombra. **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

TEIXEIRA; Carlos, José. **Dicionário de Mwangolé**. Luanda: Maianga, 2009.

TERRY, Lynn Karl, **The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States: O Paradoxo da Abundância: o Boom do Petróleo e os Países Exportadores**. Berkeley: University of California Press, 1997.

TRAVEL STATE GOV: A SERVICE OF THE BUREAU OF CONSULAR AFFAIRS. Disponível em: <[http://www.info-angola.ao/index.php?option=com\\_content&task=view&id=128&Itemid=846](http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&task=view&id=128&Itemid=846)>. Acesso em 02/09/2011.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF): **Angolan Statistics: 2000-2004**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/angola>>. Acesso em 22/01/11

VAN DUNEM, José Octávio: Angola: novos e velhos desafios. **Revista Tempo & Presença**. Rio de Janeiro: Koinonia, 2005.

WAYFIELD: TRADING INTERNATIONAL. Disponível em: <[http://www.wayfield.com/pt/clientes/angola\\_hoje.php](http://www.wayfield.com/pt/clientes/angola_hoje.php)>. Acesso em 08/04/2011

**ANEXO 1: FOTOS SOBRE O PROJETO ANGOLA BRASIL.**



Foto 1 – Pesquisador elaborando questionários com a ajuda do angolano Souza.



Foto 2 – Autor no estacionamento de um shopping center em Luanda.

Fotos 3 e 4 – Fotos do autor - mercado informal em Angola.





*Foto 5 – Foto do autor - mercado informal em Angola.*

